

Universidade de Brasília

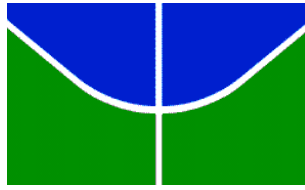
Instituto de Ciência Política

**O discurso nazista e bolsonarista: violência,
segregação, estereótipos de gênero e sexualidade
em defesa da família**

Diogo Carlos Ponce de Leon Xavier

Brasília – DF

03/2022



Universidade de Brasília

Instituto de Ciência Política

O discurso nazista e bolsonarista: violência, segregação, estereótipos de gênero e sexualidade em defesa da família

Diogo Carlos Ponce de Leon Xavier

Monografia apresentada ao Curso de Ciência Política, do Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciência Política sob a orientação da professora Marilde Loiola de Menezes

Brasília – DF

SUMÁRIO

Introdução	06
Capítulo 1 - Misoginia no regime nazista	13
1.1 - Misoginia no discurso de Hitler: o culto à violência no reacionarismo	15
1.2 - A segregação e o estereótipo de gênero no nazismo	18
1.3 - O fascismo e as bases psicológicas na família autoritária	21
Capítulo 2 – Misoginia no bolsonarismo	24
2.1 - O discurso reacionário e a misoginia de Bolsonaro como banalização da violência contra a mulher, <i>negação</i> do direito das mulheres e estereótipo de gênero	27
2.2 - As igrejas e o papel na construção da moralidade autoritária e a base do reacionarismo	32
2.3 - Bolsonaro e sua construção pública a partir das suas polêmicas atitudes e falas misóginas e homofóbicas	35
Capítulo 3 - A convergência dos discursos nazista e bolsonarista sob o aspecto de gênero e a defesa dos “valores da família”	38
3.1 – A convergência quanto a segregação de gênero e sexualidade a partir da construção de estereótipos, desvalorização e desrespeito ao feminino	40
3.2 - Os discursos autoritários e violentos sob a bandeira da “defesa da família” (patriarcal e autoritária)	43
3.3 – O mito fundacional da nação, o simbolismo da maternidade e a perpetuação da família autoritária	46
Conclusão	51

Resumo

Partindo-se da análise dos discursos de Bolsonaro e Hitler é possível identificar quais as semelhanças e as convergências entre eles. Ambos movimentos de massas, o nazismo e o bolsonarismo, são fundamentados na defesa da família tradicional, cuja matriz patriarcal reproduz a constituição de indivíduos de caráter autoritário, com alto potencial violento/odioso e promove a misoginia na sociedade na forma de estereotipia e de degradação simbólica das mulheres e daquilo que se relaciona com o feminino. O trabalho aprofunda na compreensão psicológica e filosófica dos discursos de ambos movimentos políticos e na interpretação da narrativa subliminar, escamoteada sob a bandeira da moralidade e do conservadorismo, que pretende promover o ambiente familiar castrador e, conseqüentemente, as estruturas sociais reacionárias que trabalham em favor da lei do mais forte, isto é, favorecem a perpetuação ou a recuperação de privilégios seculares.

Palavras-chave: nazismo, bolsonarismo, misoginia, família tradicional, caráter autoritário.

Agradecimentos

Este trabalho foi planejado e concluído durante uma das fases mais importantes da minha vida. Enquanto eu lia livros de pesquisa no metrô, a caminho do trabalho, e virava noites para construir esta monografia, cujo tema era bastante delicado para ser escrito por um homem, minha companheira e esposa carregava nossa filha em seu ventre. O tema da misoginia como base de todo retrocesso político que o Brasil viveu na última década parecia bastante evidente para mim e agora se fazia ainda mais relevante: como criar minha filha forte e saudável para ser independente, inteligente e poderosa num ambiente tão hostil, que resiste e se esforça tanto para manter as mulheres sob jugo do autoritarismo patriarcal? É claro que a resposta é o exemplo e jamais as palavras jogadas ao vento. A descoberta sobre o trabalho do psicanalista Wilhelm Reich direcionou meus argumentos e me ajudou bastante a compreender os fundamentos psíquicos do caráter fascista tão evidente em nossa sociedade machista.

Então, eu gostaria de dedicar este trabalho, primeiramente, a esse meu núcleo familiar que me acolhe com todo o carinho e sempre terá de mim apenas este tratamento, para que possamos projetar nosso modelo de vida na sociedade que nos cerca. Dedico à Ingrid, minha parceira e companheira, psicóloga que tanto me ajudou nos estudos, mas também pela força com a qual ela sustentou a gravidez num momento tão delicado de nossas vidas de reconstrução. Por decidir ficar do meu lado e acreditar na minha vitória quando eu mesmo muitas vezes duvidei. Dedico também à minha filha, Ísis, que é a grande propulsora desta pesquisa; em quem eu pensei a cada linha escrita; por quem essa pesquisa, mais do que respostas para a questão política do país, se tornou uma reflexão para minha vida e um convite à reflexão sobre os cuidados necessários a uma criança, para que eu possa superar e não repetir padrões misóginos de comportamento familiar tão arraigados na nossa cultura e que eu possa lembrar que a vivência democrática deve começar dentro de casa na educação amorosa e dedicada do dia a dia.

Dedico também aos meus irmãos, Larissa, Felipe e Alberto por compartilharmos o crescimento na luta por consciência no ambiente doméstico, mesmo quando as crises fossem mais fortes que a coragem para nos encarar e nos melhorar. A batalha interna contra a projeção de nossos problemas é diária e o ambiente familiar sempre é um confronto de egos neste sentido. Dedico também à minha mãe, Tereza, que me proporcionou o melhor possível para meus estudos e meu pai, Luiz, que não pôde participar em vida dessa conquista, mas que esteve presente nas imersões ao inconsciente dentro dessa jornada de autoconhecimento e superação.

Também gostaria de dedicar à minha orientadora, professora Marilde Loiola de Menezes, e agradecer pelo apoio e pela confiança na minha proposta de pesquisa e o direcionamento que tanto me auxiliou na finalização dessa monografia. Agradeço também ao professor Luis Felipe Miguel pela ajuda no direcionamento do tema e pela aprovação do meu projeto e, por fim, à direção do IPol e à reitoria da UnB por terem aceito minha requisição de reintegração à instituição depois de quase oitos anos afastado diante dos lutos e das lutas no âmbito da vida pessoal.

Espero que este trabalho possa proporcionar boas reflexões a quem o ler e que a tomada de consciência masculina persista no embate contra a perpetuação do domínio público e familiar por homens autoritários. Que a integração das mulheres nos espaços de poder seja uma realidade cada vez mais presente para a real ampliação dos direitos humanos, tal como as conquistas em favor da diversidade sexual e diversidade étnica. Que sigamos na luta contra forças reacionárias e que possamos assistir a conquista de um mundo mais igualitário, mais livre e mais justo.

Introdução

A democracia é um regime político frágil e sempre carece de esforço por parte da sociedade para lutar e garantir e manter seus direitos, de tal forma como somente o fortalecimento das instituições do Estado, que suportam e amparam os desafios da disputa pelo poder dentro dos ritos constitucionais, pode proporcionar. A sobrevivência da democracia é dependente de diversas variáveis que são negligenciadas pelas autoridades até como método de manutenção do status quo, em especial o abandono da educação pública. O que a história recente parece estar querendo nos ensinar é algo sobre essa fragilidade do regime democrático e como o reacionarismo se potencializa em momentos de crise econômica e social, mas também quando há modificações nas estruturas dos lares e na dinâmica econômica entre homens e mulheres.

O fenômeno ocidental recente de enfraquecimento nas bases do pensamento democrático e o conseqüente fortalecimento de vertentes políticas extremistas e intencionadas à eliminação do contraditório tem diversas razões, dentre elas, o contexto tecnológico e informacional totalmente renovado e altamente mutável com o qual a sociedade - e certamente os atores políticos - tem sido obrigada a se adaptar com a popularização da internet. No entanto, as novas tecnologias são apenas o meio pelo qual se difundem ideias, teorias e todo tipo de informação – falsa ou real. O essencial a se perceber nesses ambientes é como se tem formado movimentos de massa a partir do forte apelo emocional e historicamente problemático para a humanidade como discursos fundamentados em racismo ou misoginia. O incentivo à conduta violenta, o nacionalismo e a xenofobia; a aversão a tudo que se identifique com o marxismo, até mesmo com a social-democracia (ou essencialmente qualquer corrente que carregue pautas referentes à igualdade e à dignidade humana) e o desprezo pelas instituições democráticas. Estas são características que de imediato nos remetem àqueles movimentos autoritários do período entre guerras na primeira metade do século XX: o nazismo e o fascismo.

Como a comparação é inevitável, este trabalho se propõe a fazer um recorte, a partir da análise dos discursos, para identificar as similaridades entre o Nazismo e o Bolsonarismo quanto a abordagem de gênero e de sexualidade. Especialmente a forma como a misoginia se dá nos dois discursos, seja nos estereótipos de gênero, nas predeterminações de condutas sociais para homens e mulheres, ou na própria dinâmica do lar e na política sexual. Há nos dois discursos a supervalorização da mulher/mãe e a valorização das tradições e dos “bons costumes”. O que se esconde sob estrutura do discurso se referindo como uma “defesa de

valores” é a defesa de uma estrutura familiar patriarcal cujo objetivo central é dar continuidade a um regime de violência e reforçar a posição da mulher subordinada ao marido. Para o aprofundamento desses comparativos irei utilizar os estudos sobre a “Psicologia de massas do Fascismo”. Nesta obra, o psicanalista Wilhem Reich, que viveu o período de ascensão de Adolf Hitler na Alemanha, esmiuça a forma como se dá a construção de caráter do indivíduo fascista, essencialmente ligada às características da família autoritária, na qual a figura simbólica do pai autoritário cria homens submissos à autoridade, ao Estado personificado no *Führer*; e mulheres resignadas forçadamente devido a uma repressão sexual rígida.

Não foi à toa que Donald Trump venceu as eleições norte-americanas de 2016 com uma campanha altamente difamatória de teor misógino contra a democrata Hillary Clinton; da mesma forma no Brasil, como Bolsonaro construiu sua base de apoio durante anos na Câmara dos Deputados criando embates contra Jean Wyllys (deputado defensor das pautas LGBTQI+) e atuando em cenas grotescas de desrespeito às mulheres dentro do Congresso: indivíduos criados e constituídos no ambiente da família autoritária são predispostos a identificar *liderança* em personalidades que encarnam esse modelo de comportamento. E é a partir da construção de seus discursos que estas lideranças encontram a conexão com uma população vastamente doutrinação (e reprimida) pela família de acordo com sua referência - religiosa e moral – *cristã*.

Lidar somente com a análise dos discursos pode ser um exercício insatisfatório, uma vez que faz parte do *modus operandi* de extrema direita o uso de retórica inflamada e de mentiras evidentes e comumente absurdas (para causar maior impacto emocional) difundidas de forma “mecânica” (pelos *bots*, contas falsas e outros meios automáticos de compartilhamento de informação) ou “orgânica” (como se chamam o engajamento humano nas redes sociais) pela internet, como visto durante a campanha à presidência dos EUA de 2016 e os anos de governo Trump e, em muitos aspectos espelhados, durante a campanha e o governo de Jair Bolsonaro no Brasil, em 2018. Ainda que seja uma tarefa insólita, parece de suma importância se analisar e estudar esses discursos e falas públicas notórias por um lado, para confrontar com a realidade das ações e, por outro, para compreender onde estão os vínculos sentimentais, emocionais e ideológicos dessas lideranças com a grande parcela da população que decidiu por meio do voto escolhê-los para os seus cargos. Sem deixar de esclarecer a necessidade de se ater a este recurso de análise mais limitado, uma vez que Jair Bolsonaro nunca escreveu nada – exceto postagens em sua conta de *twitter* (na hipótese pouco provável de que seja ele mesmo quem as escreve). Diferentemente do Nazismo, sobre o qual há vasta

literatura disponível, inclusive a própria obra de Hitler onde descreve sua doutrina racista e imperialista: *Mein Kampf*.

Para a demarcação da misoginia nos discursos e no pensamento de Bolsonaro, eu escolhi três cenas que esclarecem como nosso personagem (objeto de avaliação) desqualifica e despreza a condição feminina: 1) A confusão no Salão Verde da Câmara dos Deputados entre o deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ, à época) e a deputada Maria do Rosário (PT-RS), na qual ele vociferou contra a colega parlamentar que “não a estupraria por ela não merecer”. Essa discussão foi flagrada por uma gravação para televisão em 2003. 2) Durante a votação pelo impeachment da presidente Dilma (em 2016), transmitida ao vivo em rede televisiva nacional. Neste dia, Bolsonaro bradou em louvor e memória de um torturador da ditadura militar, o general Carlos Alberto Brilhante Ustra, chamado por Bolsonaro de “o pavor de Dilma Rousseff”, zombando assim da violência covarde sofrida pela ex-presidente. 3) Quando o deputado fez uma “brincadeira” (ou chiste) na qual se referia a sua filha mais nova (e única menina) como uma “*fraquejada*” após um número de filhos homens, em discurso no clube Hebraica, no ano de 2017.

Estes e outros fatos apresentam claramente um discurso permeado de culto à violência, desmerecimento das mulheres e contrário aos avanços de seus direitos e também da comunidade LGBT. Mas não só isso, parece razoável se depreender que a ascensão dessas figuras revela como essas questões se dão na nossa sociedade de forma profunda. Note-se pelas declarações porque houve um nicho de apoio fortemente masculino à campanha de Bolsonaro contraposto a uma rejeição majoritariamente feminina, como pode ser vista nas manifestações “Ele não” durante a campanha de 2018, de acordo com a análise de Jairo Nicolau, em sua obra “O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018”.

A importância desta pesquisa é determinada, não somente pela atualidade do tema, mas também pelo caráter essencial da dinâmica de gênero e sexual na constituição da sociedade e seus efeitos políticos. O comparativo com o regime nazista parece um paralelo justo e adequado para se entender as bases de similaridade do pensamento e discurso desses regimes de extrema direita, mesmo que em períodos tão distintos da história. A aversão de Hitler e de Bolsonaro ao “Comunismo”, por exemplo, (que evidentemente cada um deles compreende tal qual seu tempo) também carrega simbolicamente uma forte aversão ao feminino e ao matriarcado. Segundo Ponce (PONCE, 2001: 30), em sua leitura sobre a evolução da educação e a hierarquização social, existe um vínculo fundacional entre a propriedade privada, a

hereditariedade e o modelo patriarcal. Portanto, o reacionarismo de ambos discursos (Bolsonaro e Hitler) partem de um ponto em comum: a defesa da hegemonia masculina e de um modelo familiar altamente autoritário, que para eles seria fundamental para a sociedade. Talvez também por isso a violência opere função basilar nos discursos pareados. Qual seja no expansionismo territorial de Hitler, seja no discurso bolsonarista em favor do armamento em massa da população. O discurso que se pretende a algo como “a lei do mais forte” beneficia involuntariamente a supremacia da força do homem tanto sob perspectiva cultural quanto biológica.

Bolsonarismo e Nazismo versus Feminismo e Empoderamento

Existem diversos pontos comparativos nos contextos históricos que propiciaram a emersão tanto do nazismo na Europa da década de 1930 quanto do bolsonarismo no Brasil do século XXI. Especialmente baseando-se a análise sob a perspectiva de gênero, percebe-se que há uma ligação entre a ascensão da relevância dos movimentos feministas, e a reação social criando um ambiente de resistência às novas pautas igualitárias que colocavam em risco o status quo - social e doméstico – já estabelecido por séculos. Neste começo do novo século, influenciados pelos movimentos em favor de igualdades de gênero e racial no pós-guerra - especialmente na Europa e nos EUA - as pautas feministas chegam a uma nova fase que em muito agregam outros aspectos ligados ao espectro de gênero como as pautas relacionadas à sexualidade, seja por questões homoafetivas, transitividade de gênero ou mesmo da autogerência e determinação da continuidade gestacional ou de sua interrupção (o aborto). O fascismo, como descreve Jason Stanley, em sua obra “Como Funciona o Fascismo”, nasce desse despertar de uma ameaça de derrocada de privilégios que foram construídos na sociedade enquanto uma forma de direito.

Quando a hierarquia imperial entra em colapso e a realidade social é exposta, o sentimento hierárquico na metrópole tende a surgir como mecanismo para preservar a familiar e reconfortante ilusão de superioridade. A política fascista prospera a partir do sentimento de perda e da vitimização resultante da luta cada vez mais tênue e difícil para defender um senso de superioridade cultural, étnica, religiosa, de gênero ou nacional.” (STANLEY, 2018: 96).

Esses fundamentos são tão importantes no desenvolvimento do atual cenário político a ponto de Bolsonaro ter se utilizado exaustivamente de termos como “ideologia de gênero” para promoção de sua imagem pública e fortalecimento de sua base social de apoio alicerçada no conservadorismo cristão (católico e evangélico). A intervenção do Supremo Tribunal Federal

(à exemplo da Suprema Corte norte-americana) sobre a legislação para garantir a equiparação do direito à união matrimonial civil homoafetiva (decisão de 2011) também foi um tema de debate intenso na sociedade, em especial dentro das mesmas bases conservadoras que efetivaram a conquista do poder para a chapa de Bolsonaro em 2018.

A construção da narrativa em “defesa da família e da tradição” encontra muitos paralelos no discurso nazista e mobiliza uma parcela também muito similar daquela sociedade alemã com esta brasileira, na atualidade. No caso de Bolsonaro, talvez seja mais explícita essa relação com vertentes religiosas, no entanto em ambos os casos as lideranças não eram claras quanto sua própria religiosidade tanto quanto era clara a determinação de que havia um inimigo a ser derrotado pela conquista política. A justificação mítica é parte dos diversos discursos fascistas, mas a ação política de eliminação do inimigo é a real finalidade; a criação do mito e as formas de misticismo ou silhuetas ideológico-religiosas são apenas parte da construção psicológica das massas para a conquista do poder.

O objetivo deste trabalho não consiste em traçar um paralelo simétrico entre os discursos nazista e bolsonarista (expresso pelo próprio Bolsonaro ou por seu clã familiar e ministros de seu governo), mas sim identificar semelhanças nos fundamentos e nos sentimentos que conquistaram e mobilizaram massas em tempos tão distintos. Por meio dessa abordagem, a pesquisa aponta que as questões de gênero e sexualidade desempenham ponto central nos dois casos e, por isso, talvez seja a melhor maneira de compreender porque quando se avalia os movimentos populistas de extrema direita no mundo contemporâneo, logo percebe-se as semelhanças com o nazifascismo e sua diversidade de adaptações através da história.

A colaboração deste trabalho junto às pesquisas no ramo do neofascismo é descrever como ambos os movimentos - em momentos históricos diferentes - foram reações a mudanças estruturais dentro dos lares, em grande medida, pela ampliação dos direitos civis e do empoderamento das mulheres. O que determinou grandes mudanças nas expectativas sociais e profissionais das mesmas, por um longo tempo tratadas como propriedades masculinas de seus pais e/ou maridos. O trabalho apresenta uma hipótese de que o discurso de Bolsonaro tem um forte apelo entre homens exatamente por ser dirigido a eles no sentido de reforçar um antigo modelo de dominação masculina ao condenar e desmerecer - direta ou indiretamente - as conquistas femininas e de grupos historicamente segregados por questões de gênero e sexualidade.

Outro ponto de relevância para a pesquisa é a possibilidade de se entender como Bolsonaro capta apoio entre uma considerável parte do eleitorado ao exercitar sua retórica violenta, por um lado, também é aquele que provoca a primeira campanha negativa contra um candidato durante a corrida presidencial, por outro. Os movimentos “Ele não”, ocorrido durante a campanha eleitoral de 2018, demonstram a enorme repulsa que a personalidade de Bolsonaro provoca, especialmente entre as eleitoras mulheres bem instruídas. De acordo com Nicolau ao tratar da composição das manifestações:

A maioria era composta por mulheres (62%), que se autotranscreviam como sendo de esquerda (80%), tinham idade entre 18 e 44 anos (78%) e alta escolaridade (80% estavam cursando a faculdade ou tinham curso superior). (NICOLAU, 2020: 56)

Metodologia da pesquisa

A proposta do trabalho é analisar os discursos notórios de Jair Bolsonaro em que ele trata sobre gênero e sexualidade para traçar um paralelo entre o conteúdo misógino e a homofóbico expressos na doutrina nazista e nos discursos de Adolf Hitler sob a forma de predisposições estereotipadas da função profissional das mulheres para cargos inferiorizados ou de apoio. Há a ideia de que o papel da mulher estaria condicionado, de forma prioritária, à maternidade e aos cuidados do lar. O que está por trás dessa compreensão seria o reforço da “inferioridade” da mulher. O procedimento para recolhimento das informações sobre Bolsonaro será o uso de discursos em plenário da Câmara dos Deputados e de matérias jornalísticas por meios escritos, entrevistas ou aparições em programas de televisão que denotem suas posições quanto aos direitos das mulheres, o papel e o valor da mulher na nossa sociedade; além dos conteúdos ligados ao tema difundidos no decorrer de sua campanha precoce à presidência (iniciada quatro anos antes) e de trabalhos recentes que tratem sobre a disputa eleitoral de 2018.

Para avaliar o Nazismo, o recolhimento será mediante registros históricos, jornalísticos e biográficos com amplitude de relatos que auxiliem na construção do ideário de Hitler e do seu regime relacionados à diminuição de poderes das mulheres no âmbito público, a oposição ao feminismo na Alemanha, termos que diminuía e segregavam a própria condição feminina ou diversidade sexual. Para este retrato, o trabalho de Wendy Lower (*As mulheres do nazismo*) ajuda muito a reconhecer os anseios da mulher alemã no período de ascensão do *Führer* e o papel que o regime totalitário de Hitler determinava para as jovens devotas de sua doutrina, com ênfase na importância da mãe para a construção da “supremacia racial” pretendida.

A partir dos dois discursos, o trabalho pretende interrelacioná-los pela perspectiva da construção do caráter psíquico, segundo a teoria de Wilhelm Reich sobre a psicologia de massas do fascismo. O objetivo evidentemente não se trata de comparar simetricamente ambos movimentos políticos, no entanto a pretensão é afirmar pontualmente que os movimentos se nutrem dos mesmos fundamentos psicológicos. De qual forma: são ambos movimentos reacionários cuja base individual é uma reprodução e uma projeção social da repressão da energia sexual proporcionada pela castração simbólica e da repressão sexual característica do autoritarismo na família patriarcal; e a base coletiva, se sustenta sobre uma forma de misoginia muito particular que limita a participação social das mulheres aos estereótipos da maternidade (e abdicação da vida pública pela vida privada) e das profissões hierarquicamente subalternas (que conseqüentemente determinam menores remunerações).

A escolha pela análise dos discursos se dá pela longa trajetória como parlamentar de Bolsonaro, na qual ele sempre se utilizou de sua prerrogativa parlamentar, em especial de sua imunidade material quanto a palavras e votos, para difundir ideias reacionárias e buscar fortalecer suas bases eleitorais junto ao público masculino (majoritariamente) e comunidades religiosas. A base eleitoral, ao que tudo indica, cresceu bastante devido às ideias reacionárias fundamentadas em ressentimento junto a uma crescente população cristã católica e evangélica, de grande maioria conservadora, cujas principais bandeiras defendidas publicamente têm relação com a liberdade sexual (como pode-se ver nas campanhas evangélicas “eu escolhi esperar”), educação “moralista” contra diversidade sexual (como a campanha infame contra o que eles chamaram de “sexualização precoce” da juventude brasileira ao travarem um embate contra as cartilhas em favor do respeito à diversidade sexual nas escolas) e uma luta incessante contra o pluralismo cultural e religioso, que é um registro tão próprio do povo e da história do Brasil.

Portanto, analisando os discursos, em muitos aspectos bastante distintos, pode-se captar as similaridades fundamentais entre o reacionarismo da extrema direita que culminou com a ascensão do nazismo na Alemanha dos anos 1930 e o movimento que Bolsonaro encabeça aqui no Brasil sob o aspecto do gênero e sexualidade, neste princípio de século XXI. Junto à análise de discurso, pode ser feito um acompanhamento do crescimento nos dados de violência contra mulheres e contra a comunidade LGBTQI+ para se entender como esse discurso tem encontrado reverberação e amparo na sociedade brasileira atual. Apenas como ilustração de como o discurso impacta na realidade e como a realidade ampara e encontra representação numa figura como a de Bolsonaro.

Capítulo 1 – Misoginia no regime nazista

A doutrina do Führer, descrita em sua obra “Mein Kampf” (Minha Luta), se resumia essencialmente na crença em uma supremacia racial alemã (os arianos), que conferia o direito ao povo alemão de conquistar e expandir seus domínios territoriais pela força, mas também conferia ao regime a obrigação de eliminar os judeus que representavam “uma ameaça à pureza da Alemanha”. De acordo com a ideologia nazista, os judeus seriam um risco racial (no sentido de corromper o sangue puro através da miscigenação) e um risco cultural (por comprometer a estrutura da família patriarcal). E são nesses dois fundamentos da crença nazista que se consegue depreender um outro conteúdo fundamental da estrutura mental dos nazistas e que não é tão explorada, ou evidente: a misoginia.

A misoginia do regime não é um dos fatores mais alardeados, seja por não ser tão evidente – uma vez que as mulheres tiveram alguma participação ativa no regime -, seja porque ela não é uma exclusividade do nazismo ou mesmo de regimes autoritários. A misoginia é uma constante nas culturas patriarcais, portanto alguns avanços no âmbito social para aquelas mulheres que cresceram na Alemanha dos anos 1920 e 1930 era considerado um avanço real e representava, por exemplo, o direito de ter aspirações profissionais e até mesmo a participação ativa dentro de um movimento nacional de *comoção política* (um processo de massas) tal como aquele que o partido nazista promoveu. E este é um ponto que pode soar confuso: que as mulheres tenham tido participação ativa nos votos que levaram Hitler ao poder e na aplicação daquela ideologia que às condicionava ao estereótipo materno e profissionalmente subalternizado, enquanto negavam os ideais feministas que propunham a libertação das mulheres das estruturas de poder e dependência dos pais e dos maridos. De onde podemos concluir que a irracionalidade desse raciocínio advém de algum tipo de “medo da liberdade”.

Segundo a leitura de Wendy Lower¹, as mulheres alemãs participaram ativamente durante o avanço para o leste na construção, especialmente, nos postos de professoras, de enfermeiras, de secretárias e de esposas. A proposta da autora é exatamente desmistificar a condição da mulher somente como vítima no regime nazista, mas como inclusive atuantes em massacres de judeus, no entanto era inegável e ficou evidente em seus relatos o quanto o papel da mulher era subalternizado dentro do ideário de sociedade alemã para os reacionários nazistas. A autora descreve, baseada nos relatos encontrados, que as mulheres em sua maioria

¹ *As mulheres do Nazismo.*

ocupavam funções auxiliares ou estavam totalmente dispostas ao trabalho doméstico e ao lugar de esposa e de mãe.

Para compreender a adesão de mulheres a este fenômeno social reacionário, diante dos ataques aos movimentos feministas crescentes na Europa daquele período, seria essencial partir de como se funda a irracionalidade e o misticismo do caráter fascista no âmbito psicológico. O psicanalista Wilhem Reich identificou algo de basilar na construção do caráter psicológico entre esses indivíduos que poderia explicar a natureza desse paradoxo. Para o psicanalista alemão, a repressão sexual nestes indivíduos é o fundamento psicológico que gera o medo da liberdade sexual, e por consequência desta retração libidinal, também o medo da potencialidade da própria vida. Desta maneira, essas pessoas sob o efeito do recalque constroem discursos fortemente moralistas, que tanto justificam sua repressão sexual, quanto são exteriorizados na não-aceitação da liberdade do “outro”. A própria natureza do discurso fascista é gerada a partir da idealização do alvo considerado “o mal” ou “o inimigo”. Em termos mais claros, o fascismo determina a demonização daquilo que o indivíduo fascista não é capaz de reconhecer em si, ou seja, onde não há identificação por parte do ego destes indivíduos. O inimigo demonizado é, na verdade, aquele que não é preso às explicações místicas e irracionais próprias dos fascistas. O satã para o fascista é somente a projeção da sua impotência autodeterminada pela sua construção psicológica reprimida.

Para Reich, a construção do caráter psicológico advém da educação recebida na família autoritária. O modelo de educação baseado na hierarquia patriarcal, concretizado a partir da imposição econômica do homem responsável pelo sustento da casa e da mulher refém, condicionada pela maternidade e impedida de obter qualquer independência financeira. Este modelo familiar impositivo é o que determina o núcleo da sociedade patriarcal, afinal promove um desequilíbrio material entre os gêneros, como também estabelece a vantagem masculina para determinar quais serão as características valorizadas culturalmente: O mundo feito por homens e para os homens. Seguindo essa cadeia lógica que se reconhece a lei do mais forte como estrutural para o pensamento fascista. Uma das principais formas de manifestação, que fundamenta essa tese, é o culto à violência. É, portanto, essencial compreender como a violência se constitui na psique do indivíduo fascista dentro do modelo hierárquico da família autoritária.

1.1 - Misoginia no discurso de Hitler e o culto à violência no reacionarismo.

O pai na família autoritária é simbolicamente uma figura castradora. Ele deve ser violento para ser temido, e sendo temido domina a casa e impõe sua “autoridade”. Um chefe, um Führer, um ditador. O líder fascista é a projeção na política deste pai introjetado por tantos filhos. A violência, para o discurso nazista, é razão de orgulho e a forma de demonstrar a sua superioridade.

São muitas as passagens de textos e discursos em que Hitler demonstra o desprezo pela condição feminina sempre associada à fraqueza, ou mesmo, a ideiação do Führer como o “Pai da Nação”, que se refere tanto ao conceito de patrimônio (quanto ao direito sobre terras e propriedades), quanto à herança genética (na expressão do racismo). Uma das faces de expressão desse caráter misógeno certamente é o culto à violência: forma pela qual se dá o domínio do mais forte sobre o mais fraco, explícito no discurso, no sentido de defender a supremacia racial e cultural, mas também de garantir o poder do homem sobre a mulher no campo simbólico e material. Toda construção hierárquica do nazismo pressupõe uma ordenação de gênero, raça e classe social.

Muito da propaganda nazista era direcionado para as mulheres, fosse para desmerecer o feminismo, para construir a imagem do homem ariano como sendo o bom partido, para estereotipar o judeu como pervertido intencionado a tomar mulheres arianas ou para promover o papel da mulher na construção da nova nação como “a mãe”. A propaganda para os homens era sempre em favor da valorização da guerra. O homem ariano era valoroso e virtuoso quando se apresentava em sacrifício pela nação, apresentando-se ao exército para matar ou morrer em nome da honra alemã; a mulher ariana era exaltada quanto mais filhos tivesse - para povoar o território que a raça ariana tinha por direito e para prover soldados às forças militares lutando pelas conquistas do novo reich - e quanto mais desenvolvidas suas capacidades de cuidados domésticos.

A violência dentro da ideologia nazista é um meio e um fim. É o meio de se reconduzir o mundo em seu favor, porque é fundamentalmente um movimento reacionário às mudanças estruturais na sociedade que sucederam a Primeira Guerra com a expansão dos direitos das mulheres e a participação delas nos ambientes públicos (que ocorreu em grande medida pela devastação da população masculina durante a guerra). Mas também é um fim, porque é pela violência do homem que se dá o domínio dentro da sua casa e determina sua condição superior na hierarquia sobre a mãe e os filhos; e na constante proteção do seu lar diante da ameaça dos

comunistas e judeus querendo lhes expropriar seus bens e “suas” mulheres. Como se encontra no texto de Lower, ao se referir à segunda ameaça exposta na propaganda hitlerista: “Essa forma de antissemitismo também incitava o machismo dos alemães: proteger suas mulheres contra os ‘perigosos’ judeus era um teste de sua honra e masculinidade” (LOWER, 2013: 39).

O filósofo alemão Theodor Adorno desenvolveu em seu exílio nos Estados Unidos da América seus estudos sobre a personalidade autoritária, que identificavam as raízes do pensamento reacionário, por ocasião, escamoteados como “conservadores”. O autor chamou estes indivíduos de pseudoconservadores, os quais respondiam a seus questionários com posicionamentos violentos, xenófobos, antissemitas, homofóbicos e misóginos; ou seja, o filósofo identificou por meio de sua pesquisa aquelas características tão evidentes do reacionarismo fascista da primeira metade do século na Europa. Segundo a avaliação do filósofo:

A estrutura psicológica que corresponde ao pseudoconservadorismo é o convencionalismo e a submissão autoritária no nível do eu, com violência, impulsos anárquicos e destrutividade caótica na esfera inconsciente.” (ADORNO, 2019: 379)

O pseudoconservador é um homem que, em nome da preservação dos valores e instituições tradicionais americanos e da defesa deles contra os perigos mais ou menos fictícios, consciente ou inconscientemente, visa sua abolição. (IBID: 381)

Sob uma perspectiva psicanalítica, o autor reconhece no caráter autoritário e na sua expressão violenta uma disfunção no complexo edipiano. O caráter autoritário surgiria, portanto, dentro da construção psicológica desses indivíduos na forma de *sadomasoquismo*. Devido a uma forte estigmatização do amor pela mãe, tornado um forte tabu, o ódio pelo pai autoritário se converte em admiração e este caráter encontra prazer apenas na submissão (masoquista) e toda a frustração e insatisfação a nível íntimo ou social é voltada contra aqueles os quais não há alguma identificação egóica através de desejos sádicos. Adorno, corroborando com as pesquisas de Erich Fromm e Max Horkheimer, afirma que:

Na psicodinâmica do “caráter autoritário”, parte da agressividade precedente é absorvida e transformada em masoquismo, enquanto outra parte é deixada ao sadismo, que busca uma saída em direção àqueles com quem o sujeito não se identifica: em última instância, o *outgroup*. O judeu frequentemente se torna um substituto para o pai odiado, muitas vezes assumindo, em um nível de fantasia, as mesmas características do pai contra as quais o sujeito se revoltava, tal qual a de ser prático, frio, dominador e mesmo um rival sexual. (IBID: 544-545)

Genericamente, nas sociedades patriarcais, a violência é exercida desde os primeiros momentos de vida diante da autoridade incontestável do pai. Os castigos físicos infligidos a crianças e a mulheres eram uma realidade muito mais recorrente, naturalizada e moralmente justificada em meados do século passado (como ainda é em alguma medida na atualidade) e é desta forma que se dá a imposição do pai autoritário. E, de acordo com Reich, é a partir dessa construção familiar que o caráter e a psique fascista se formam. A construção do Führer todo poderoso seria uma projeção individual da figura do pai autoritário e violento e que se torna o ideal de poder. Costuma-se muito perceber a ascensão do nazismo sob a perspectiva de Hitler e dos idealizadores da doutrina, no entanto a raiz da compreensão do movimento de massa se desvela a partir da projeção de anseios violentos dos indivíduos que compõe a massa. E estes anseios, avalia Reich, nascem da frustração constituída no recalque que é consequência da repressão da sexualidade, núcleo da constituição da violência porque torna o indivíduo instável, fragilizado e mais suscetível a manipulação. Em resumo, a avaliação que o psicanalista faz do nazismo como fenômeno de massa é de que tanto a referência de liderança agressiva, quanto a sensação de impotência generalizada nos indivíduos tem na família autoritária sua célula base. A avaliação se faz pertinente dada a importância que os discursos desta natureza dão à “defesa da família tradicional”. É evidente para Reich, Freud e Adorno que a psicologia do reacionarismo é advinda dessa construção recalcada que assume no discurso a forma de defesa das estruturas tradicionais, mas que também, ao mesmo tempo, de forma paradoxal (corroborando a natureza irracional e inconsciente do fenômeno de massa), se manifesta através de violência e revolta contra as mesmas estruturas. Ou seja, o reacionário não pode ser reconhecido como um “conservador” pois seu desejo não é tanto conservar instituições, como de fato é retomar a qualquer custo um passado idealizado e carregado de mistificação que está ameaçado por “inimigos” que ameaçam o cerne de sua cultura, como o comunismo, o feminismo ou o judeu.

A própria concepção nazista do domínio das massas por meio de uma liderança masculina autoritária é outra forma a qual se percebe o desprestígio do feminino. Segundo Walter Langer, Hitler se referia à cultura judaico-cristã como “efeminada e piedosa”, afim de desvalorizá-la. Tanto para Hitler como Mussolini a fraqueza era uma qualidade inaceitável, tampouco a benevolência e a piedade. Para a doutrinação nazifascista o que determina a imposição do poder político é a força. Langer se utiliza de um recorte do texto do próprio Hitler para exemplificar este pensamento:

A psique das massas não reage a nada que seja fraco ou pela metade. Tal como uma mulher, cuja sensibilidade espiritual é determinada menos pela razão abstrata do que por um desejo emocional indefinível de alcançar poder, e que, por essa razão, prefere se submeter ao homem forte, e não ao fraco, a massa também prefere quem dá ordens, e não quem implora. (*apud* LANGER, 2018: 42)

Tratar as massas como “mulheres” que estão em busca de poder e de uma liderança forte por si só já caracterizaria misoginia porque é determinista a partir de uma concepção fragilizada das mulheres, que nega enquanto premissa as suas capacidades de liderança, ou simbolicamente nega as qualidades femininas. Como percebido pelas investigações citadas, estas são características essenciais do constructo nazifascista. Desta forma, a misoginia, a violência de gênero e a redução da mulher a estereótipos de pouco destaque no âmbito público marcam os discursos e a ação de regimes de inspiração autoritária ao longo da história.

1.2 – A segregação e o estereótipo de gênero no nazismo: a hipervalorização da mãe

É interessante notar como Hitler faz associações claras entre as mulheres e características as quais são abomináveis para ele, tais como a fragilidade e o sentimentalismo. No entanto, existe uma forma feminina considerada respeitável e hipervalorizada pela doutrina nazista, inclusive sob alegoria simbólica da grande nação alemã: a mãe. De acordo com manifesto eleitoral para a campanha presidencial do Partido Nazista, em 1932:

Por mais que se alarguem os campos de atividade da mulher, o fim último de uma evolução orgânica e lógica terá de ser sempre a constituição da família. Ela é a menor e mais valiosa unidade na construção de todo o Estado. O trabalho honra tanto a mulher como o homem. Mas o filho enobrece a mãe. (*apud* REICH, 2015: 56)

Esta figura materna, evidentemente, é estabelecida de acordo com a concepção da família patriarcal e, de preferência, numerosa. Como afirmava Gregor Strasser, chefe da propaganda nacional-socialista na década de 1920, sobre o que havia de valoroso nos papéis de cada gênero na construção da grandiosa nação alemã: “para um homem, o serviço militar é a forma mais profunda e valiosa de participação – para a mulher, é a maternidade”. (STANLEY, 2018: 22)

Para as doutrinas fascistas, há uma grande importância na distinção social dos gêneros. Cada indivíduo, a partir da determinação do sexo, deverá se comportar de determinadas

maneiras, ou ocupar determinados espaços, como também, deverá corresponder aos estereótipos esperados correspondentes aos tipos da família patriarcal. Portanto, pode-se deduzir que o reacionarismo se posiciona contra a possibilidade de mudanças na estrutura dos lares e na sociedade, conquistadas pela ampliação dos direitos das mulheres, particularmente, devido às lutas feministas.

[Os nazistas] acreditava que o movimento das mulheres fazia parte de uma conspiração judaica internacional para subverter a família alemã e, assim, destruir a raça alemã. O movimento, alegavam, encorajava as mulheres a afirmar sua independência econômica e a negligenciar sua tarefa de produzir filhos. Difundia as doutrinas feministas de pacifismo, democracia e “materialismo”. Ao incentivar a contracepção e o aborto para diminuir o índice de natalidade, atacava a própria existência do povo alemão. (*apud* STANLEY, 2018: 55)

O psicanalista Reich aprofunda na compreensão desse destaque dado à maternidade. Para ele, a restrição da mulher ao estereótipo materno possui um fundo material, ou seja, é calcado no desejo profundo de se preservar hereditariamente as propriedades - característico da sociedade patriarcal; mas também, funciona como proteção contra um real empoderamento feminino que se daria a partir da consciência sexual. Por isso é tão importante para a sociedade patriarcal reforçar a oposição moral entre a *mãe e a prostituta*, como também é importante idealizar a maternidade e a condição da mulher como a “dona do lar”. O que se cria, assim, é uma falsa ideia de poder da mulher dentro do ambiente privado, quando na verdade está impedindo-a de participar independentemente do âmbito público.

A mulher não deve figurar como um ser sexual, mas apenas como procriadora. A idealização e o culto da maternidade, que tão flagrantemente contrastam com a brutalidade com que são tratadas na realidade as mães da classe trabalhadora, são, essencialmente, meios para não permitir que as mulheres adquiram consciência sexual, ultrapassem o recalco sexual imposto e vençam a ansiedade sexual e os sentimentos de culpa sexual. A mulher sexualmente consciente, que se afirma e é reconhecida como tal, significaria o colapso completo da ideologia autoritária. (REICH, 2015: 98)

De acordo com os relatos descritos por Wendy Lower, os anseios das mulheres nazistas eram limitados pela realidade social ou mesmo por lei. Apesar de serem partes ativas na implementação da doutrina totalitária, às mulheres eram atribuídas funções auxiliares que não ofuscassem seus interesses de conquistar um bom marido (ariano) e constituir uma família (exercer a maternidade). De forma majoritária, as mulheres ocupavam cargos auxiliares como enfermeiras, professoras, secretárias, etc.

Para melhor explorar a importância dada pelo nazismo às mães e à formação da família, deve-se compreender mais a fundo a própria relação de Hitler com sua mãe e, retomando a análise do sentimento reacionário enquanto desenvolvimento de uma disfunção no complexo de Édipo. O autor Walter Langer desenvolve uma leitura da construção psicológica do líder nazista em sua obra “A mente de Adolf Hitler”. Tendo em vista os achados sobre a biografia não revelada de Adolf, somado aos textos e seus discursos, foi possível traçar a evolução do complexo edípico em um grau extraordinário.

O pequeno Adolf era o filho mais novo de Alois e Klara Hitler. Seu pai era um homem violento (descrito como tirano em sua casa), alcoólatra e um orgulhoso ex-funcionário público do Estado austríaco; sua mãe, Klara, era uma mulher católica de ascendência germânica que dedicara a sua vida à criação de seus filhos (dentre os quais Hitler era seu favorito). De acordo com os registros, ela havia perdido duas gestações antes de conceber seu rebento caçula, sendo este então objeto de plenos cuidados e atenção (Hitler é frequentemente descrito como um adulto que reage como uma criança mimada que não consegue lidar com frustrações, certamente também por este motivo). Segundo essa construção biográfica, Hitler desenvolvera um amor intenso por sua mãe-cuidadora em oposição ao ódio por seu pai-adversário violento e castrador. Mas o que teria desenvolvido sua postura misógina dentro desta construção?

Alois faleceu subitamente quando Adolf ainda era muito novo, e nesse contexto descrito, Hitler construiu uma fantasia de que foram seus desejos de eliminar o adversário pela atenção e amor de sua mãe que teriam causado aquela morte repentina. Ele se sentiu responsável, diante desta fantasia, pela morte de seu próprio pai. Esta mistificação faz parte de toda construção messiânica de seu caráter que permeou também sua vida adulta. Dessa forma, Hitler havia conquistado sua mãe “toda para si”, mas também desenvolveu um enorme sentimento de culpa pela morte do pai. Por outro lado, Hitler compreendia sua mãe como uma traidora por ter se mantido até o fim junto ao seu adversário. Como se ele tivesse tido que “matar” seu rival porque sua mãe não fora capaz de deixá-lo em vida. Desta forma, escreve Langer:

Ele perdeu muito de seu respeito pelo sexo feminino, e, em Viena, Hanisch relata que Hitler costumava falar bastante sobre amor e casamento e “tinha ideias muito austeras sobre as relações entre homens e mulheres”. Mesmo naquela época, ele sustentava que, se os homens quisessem, poderiam adotar um estilo de vida estritamente moral. “Era comum ele dizer que era culpa da mulher se o homem se desencaminhasse”, e “ele costumava dar lições de moral a respeito disso, dizendo que todas as mulheres estavam disponíveis para o sexo”. Em outras palavras, ele enxergava as mulheres

como sedutoras, responsáveis pela decadência dos homens e as condenava por sua deslealdade. (LANGER, 2018: 154-155)

O estereótipo da mulher “desleal” ou “sedutora” foi reproduzido de diversas formas na cultura patriarcal ocidental, por exemplo, na referência Bíblica no livro do Gênesis, ou em Shakespeare, em Hamlet. Sendo assim, não seria essa uma característica determinante do caráter fascista, mas evidentemente faz parte da desvalorização da mulher que constitui o pensamento reacionário. No entanto, o que se deduz da construção psicológica do maior líder fascista do século XX é como a idealização da maternidade no ideário nazista é um reflexo do desejo daquela criança em ter a mãe para si e a dificuldade de se amadurecer o ego. É na construção da família tradicional idealizada por Hitler que a mãe se torna dependente do marido, devota do lar e de seus filhos. Enquanto o pai tirano se torna o ideal do eu. O ódio pelo pai se torna identificação e admiração, enquanto a fraqueza da mãe é repulsiva. Como ficou eternizado em Hamlet: “Fraqueza, teu nome é mulher”².

1.3 – O fascismo e as bases psicológicas na família autoritária

Na formação patriarcal da família tradicional existem tipos definidos a serem seguidos por pai, mãe e filhos. O Estado nazista idealizado por Hitler foi concebido sobre essa inspiração, sendo o Führer a projeção do pai de cada um desses lares: a liderança inquestionável, autoritária que apontaria a nação-mãe os rumos do futuro de acordo com idealização mítica de um passado de pureza racial e cultural. Esse discurso tem forte apelo junto à classe média baixa e, especialmente, aos pequenos produtores rurais. Reich aponta essa identificação e constrói sua teoria da psicologia das massas exatamente como projeção em âmbito macro dessa instituição nuclear. Para o autor, esse modelo nuclear constitui um caráter submisso entre homens e mulheres e gera “a base de identificação emocional com todo tipo de autoridade” (REICH, 2015: 49). O autor afirma que a base da constituição do caráter psicológico necessário para o fascismo é a manutenção do autoritarismo no ambiente familiar:

...a família autoritária apresenta-se como a principal e mais essencial fonte reprodutora de todo pensamento reacionário; é uma fábrica onde a ideologia e a estrutura reacionária são produzidas. A “proteção à família”, isto é, à família autoritária e numerosa, é o princípio básico de toda a política cultural reacionária. (IBID: 55.)

² De William Shakespeare, no solilóquio de Hamlet: “Frailty, thy name is woman”.

A construção simbólica utilizada por Hitler era muito bem definida: o chefe da nação era como um pai rígido, violento, dono dos destinos da nação; a nação, a pátria e a raça são expressões da mãe submissa aos desígnios do pai. A honra da nação e a sua pureza deveriam ser defendidas contra os abusadores e usurpadores. O direito à terra era referência à hereditariedade, também uma projeção do modelo patriarcal. E, por fim, o povo são os filhos herdeiros por direito, admiradores do pai violento e dependentes da mãe provedora de alimento e devotada à estrutura familiar.

Para Reich, fortemente influenciado pela ideologia marxista, o objetivo de seus estudos era mais claramente entender porque a sociedade alemã se virou à doutrina da disputa entre raças do regime nazista em detrimento da ideia considerada mais razoável de luta de classes. Afinal, como indivíduos advindos de realidades sociais tão distintas aceitaram a eliminação das classes proposta por Hitler indo, em grande medida, contra seus próprios interesses materiais? Ou seja, como indivíduos não só aceitaram a imposição de um regime autoritário que contrapunha seus interesses, mas até mesmo o desejaram e entregaram suas vidas pelos propósitos sombrios da luta racista proposta. Esta era a questão intrigante para o psicanalista: a capacidade de agregação das massas a partir de premissas irracionais. Freud, em seus escritos sobre a psicologia das massas, já tinha notado a origem inconsciente da formação das massas pelo processo de identificação egóica (FREUD, 2011: 65) e a necessidade dos grupos humanos de uma liderança idealizada e forte (IBID: 84), no entanto Reich toma um passo adiante quanto a origem da irracionalidade e da contradição sociológica do fascismo. A saber: o fundamento na repressão sexual dentro da família patriarcal, tendo como consequência o medo da liberdade e a violência enquanto expressão da construção psicológica sadomasoquista.

A primeira questão de Reich se responde pela estrutura familiar autoritária e a força que o apelo à violência tem sobre os indivíduos criados sob o modelo patriarcal. Na verdade, a castração simbólica, também reforçada pelo ensino religioso cristão, gera nos indivíduos um grande empecilho para a conquista de suas liberdades pelo domínio do medo. Segundo o próprio autor:

A inibição moral da sexualidade natural na infância, cuja última etapa é o grave dano da sexualidade genital da criança, torna a criança medrosa, tímida, submissa, obediente, “boa” e “dócil”, no sentido autoritário das palavras. Ela tem um efeito de paralisação sobre as forças de rebelião do homem, porque qualquer impulso vital é associado ao medo; e como o sexo é assunto proibido, há uma paralisação geral do pensamento e do espírito crítico. (REICH, 2015: 28)

Partindo desta premissa, pode-se compreender porque o apelo da propaganda nazista é fortemente moralista e se utiliza também da violência ao limite do terror. A manipulação dos indivíduos se dá pelo acesso a essas características da estrutura psíquica derivada da criação autoritária. O controle social só pode ser efetivado pelo medo e pela ansiedade sexual. Por isso, Hitler usualmente tratava os judeus como “pervertidos sexuais” – de forma literal e simbólica -, tal como também se utilizou vastamente de mentiras sobre como era a vida sexual na Rússia bolchevique³.

Algumas décadas à frente, o desafio para o estudo de Adorno foi, de acordo com o prefácio escrito por Horkheimer, reconhecer estas estruturas psíquicas e sociais para desenvolver adequadamente uma educação democrática. Afinal, uma vez aceita a origem do caráter psicológico fascista – ou das características do indivíduo predisposto à propaganda fascista - enquanto consequência da estrutura familiar autoritária patriarcal, não se pode pensar que após milhares de anos esse modelo sociocultural seja eliminado de uma hora para outra. Seria necessário compreender profundamente os fundamentos individuais e sociológicos para se enfrentar o problema do constante surgimento de tendências autoritárias entre as pessoas.

O filósofo americano Jason Stanley corrobora com as interpretações de Reich e Adorno sobre o efeito castrador da família patriarcal nos seus estudos sobre o neofascismo. Segundo o autor, o “líder fascista é análogo ao pai patriarcal” (STANLEY, 2018: 135) e a repressão da liberdade sexual tem paralelo fundamental com o antiliberalismo do pensamento fascista. Por isso as liberdades sexuais e o feminismo são interpretados como ameaças para o indivíduo reacionário:

A expressão da identidade de gênero ou preferência sexual é um exercício de liberdade. Ao apresentar homossexuais ou mulheres transexuais como uma ameaça a mulheres e crianças – e, por extensão, à capacidade dos homens de protegê-las -, a política fascista impugna o ideal liberal de liberdade. (IBID: 137)

Na política fascista, mitos de um passado patriarcal, ameaçados pela invasão de ideais liberais e tudo o que eles significam, atuam para criar uma sensação de pânico frente à perda do status hierárquico, tanto para homens quanto para a capacidade do grupo dominante de proteger sua pureza e status da invasão estrangeira. (IBID: 27)

A conclusão, neste sentido, é de que os autores estudiosos do reacionarismo nazifascista convergem para a percepção de movimentos extremistas de direita como reação direta às

³ REICH, 2015: 105-106.

mudanças na estrutura familiar patriarcal, por isso atacam tudo que desconstrói os privilégios masculinos ou influi na liberação sexual dos indivíduos. São essas características tão evidentes que prosperaram pelo tempo até a contemporaneidade e se repetem no Brasil que elegeu Jair Messias Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018, mas que antes disso já se criavam no seio de diversas religiões evangélicas ou nos núcleos mais “conservadores” da Igreja Católica.

Capítulo 2 – Misoginia no bolsonarismo

Há várias formas de se entender os movimentos sociais que, de alguma maneira, iniciaram com as manifestações populares difusas de 2013 e que culminaram com a eleição do político histriônico e populista de extrema direita, Jair Bolsonaro. Dentre todas, a explicação calcada na iminente ascensão de sentimentos misóginos da sociedade brasileira fica mais evidente, tendo em vista os estudos expostos anteriormente neste trabalho, que constituíram a construção do “pseudoconservadorismo” de Adorno ou do “caráter fascista”, como classificado por Reich. Como já apontado, a misoginia e a desvalorização do sexo feminino são bastante características de estruturas sociais patriarcais de forma genérica e não poderia ser diferente no Brasil. O diferencial no país é como essa misoginia se traduz em violência contra as mulheres, afinal o Brasil apresenta estatísticas de feminicídio⁴ altíssimas e de assassinatos a transexuais mais altas do planeta⁵.

As diversas ações afirmativas implementadas no Brasil na primeira década do novo século causaram um impacto notável na sociedade brasileira por estarem afrontando séculos de uma estrutura misógina, racista e de exclusão social. A Lei Maria da Penha, as cotas para negros em universidades públicas e o programa de distribuição de renda - Bolsa Família - mobilizaram o debate público e seguem alçando discussões intensas sobre as formas de enfrentamento das imensas desigualdades que o país sustenta. Estas que são frutos de uma história colonial, exploratória, patriarcal e escravagista.

⁴ Segundo dados do IBGE, em 2019 os assassinatos de mulheres em ambiente doméstico foram de 30,4% do total de mortes. Pode-se conferir matéria com a informação no link: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/03/4910192-maioria-dos-femicidios-acontece-dentro-de-casa-aponta-ibge.html>

⁵ Matéria da revista Exame aponta que o Brasil é pelo 12º ano seguido o país com maior número de assassinatos a transexuais: <https://exame.com/brasil/pelo-12o-ano-consecutivo-brasil-e-pais-que-mais-mata-transexuais-no-mundo/>

Neste cenário de conflito social devido, primordialmente, à não aceitação dessas mudanças por parte de elites vastamente privilegiadas, cresceu a notoriedade desse político de discurso violento, misógino, homofóbico, autodenominado conservador e abertamente adorador de um dos maiores torturadores da história recente brasileira (o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, agente do DOI-CODI, departamento de repressão da ditadura militar que governou o Estado brasileiro entre 1964 e 1985).

O caráter misógino do movimento que ergueu Bolsonaro ao cargo mais alto da República é identificável em parte pelo discurso apelativo durante os anos de atuação no Congresso Nacional, mas também poderia ser identificado pela ascensão dos movimentos populares durante o governo da primeira presidente mulher eleita no Brasil, Dilma Rousseff. É evidente que isso não se comprovaria apenas pelo fato dos movimentos se contraporem a uma mulher no poder, no entanto, em razão deste fato, parcelas mais conservadoras da sociedade interpretaram a presença de Dilma na presidência como uma “fragilidade” de liderança (tanto que era chamada, de forma jocosa, de “poste” do ex-presidente Lula, ignorando sua história e mesmo seus feitos como ministra). Essa percepção de fragilidade poderia ser notada no trato dos congressistas com aquela que gostava de ser referida como “Presidenta” para reforçar o ineditismo de sua conquista. Dilma claramente não representava o estereótipo feminino de “mulher do lar” e isso também era motivo para frequentes críticas, chacotas e violências simbólicas. A ex-presidenta construiu sua história na batalha de guerrilha na resistência contra a ditadura militar, era exigente com seus subordinados e muito dura em suas convicções. Talvez faltasse a ela alguns manejos políticos que as lideranças em Brasília estavam tão acostumadas (ALMEIDA, 2016: 56), mas, pela cultura tão evidenciada no país, pode-se interpretar também que aqueles homens brancos não estavam acostumados a terem uma liderança feminina e que se orgulhava de sua condição de gênero.

A defesa da família sempre foi um discurso de segurança para fundamentar os arroubos sexistas e homofóbicos de Bolsonaro que usualmente distorcera discussões sobre educação sexual nas escolas ao compará-las com “sexualização infantil”. A invenção do “kit gay”⁶ ou os alardes contra a “ideologização das escolas”⁷ serviram para justificar as barreiras contra

⁶ O “kit gay” é uma invenção de Jair Bolsonaro, chamando desta forma porque o conteúdo do material elucidativo era sobre sexualidade e intencionado a combater a homofobia nas escolas; <https://novaescola.org.br/conteudo/84/conheca-o-kit-gay-vetado-pelo-governo-federal-em-2011>.

⁷ Algumas pessoas acreditam que o ambiente escolar, no Brasil, é altamente doutrinário, onde os alunos são incentivados a se converterem ao socialismo e ao comunismo. Tanto que foi criado um movimento e um projeto

educação sexual de adolescentes, o que agradou muito às bases fundamentalistas religiosas, especialmente nas vertentes cristãs evangélicas, fortalecidas com a política de isenção de impostos e por possuírem várias horas no ar em canais abertos de televisão e também em outras mídias. Por outro lado, o deputado se mostrou fortemente contrário ao casamento civil entre pessoas do mesmo sexo e a adoção de crianças por casais homossexuais⁸, o que também foi recebido muito bem por extremistas religiosos, e que deixa claro qual o único modelo de “família” aceitável.

O cientista social e professor pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), Jairo Nicolau, fez uma descrição das bases eleitorais de Bolsonaro no pleito de 2018, onde verificou uma adesão majoritária por parte de homens e de vertentes “conservadoras” religiosas (NICOLAU, 2020). Muito do sentimento reacionário pode ser compreendido por essas bases de apoio popular, afinal as igrejas pregam o modelo patriarcal de família, no qual as mulheres devem se submeter aos seus maridos.

Toda a construção da carreira política de Bolsonaro foi em favor da violência policial, em defesa da ditadura, contra os direitos das mulheres e das igualdades entre as diversas identidades de gênero e sexualidade. Suas posições coadunaram com o reacionarismo da população brasileira – similar àquele identificado na sociedade norte americana por Adorno – que, diante da crise econômica-política-institucional e sob a cortina retórica “anticorrupção”, estava predisposta a aceitar um discurso demagógico de caráter autoritário e fascista. Todas essas indicações apontam para traços de misoginia muito semelhantes àqueles que ascenderam na Europa do século passado. O movimento reacionário contra os avanços na luta feminista e nos direitos à liberdade e à diversidade sexual - este segundo especialmente - indica questões de recalque psicológico nos indivíduos em questão. Não há outro possível motivo para tanta preocupação com a vida sexual alheia; para que se crie vínculos – mesmo que subliminarmente - entre homossexualidade e pedofilia, ou entre outras parafilias. Bolsonaro é bastante claro sobre a forma distorcida que enxerga a realidade.

de lei intitulado “Escola Sem Partido”. <https://g1.globo.com/educacao/noticia/entenda-a-polemica-em-torno-do-escola-sem-partido.ghtml>

⁸ Declaração sobre a aprovação do casamento homossexual no Brasil por decisão do Supremo Tribunal Federal: <https://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/05/bolsonaro-proximo-passo-sera-legalizacao-da-pedofilia.html>

2.1 – O discurso reacionário e a misoginia de Bolsonaro como banalização da violência contra a mulher, *negação do direito das mulheres e estereótipo de gênero*.

Jair Bolsonaro durante seus anos como deputado identificou seu nicho de apoio popular dentro de um conjunto de pessoas que se sentiam excluídas do poder político ou alijadas de seus privilégios seculares na sociedade brasileira. E, mais importante, esses indivíduos na sociedade se reconheceram na figura de Bolsonaro. O discurso era simples: contra todo e qualquer avanço social que desconstruísse a supremacia de gênero, raça e classe social. Foi contra o desarmamento da população, contra movimentos sociais (MST, MTST, CUT, UNE), contra movimentos feministas, contra movimentos de minorias raciais (negros e indígenas), contra movimentos LGBTQIA+ e etc. Construiu-se numa perspectiva essencialmente *anti establishment*, ou antissistema, afinal ninguém mais que ele representava a antítese da nova Constituição de 1988, sendo ele o eterno defensor da ditadura. Ainda assim, dentro dessa gama de direitos aos quais ele se opunha, o discurso contra as mulheres e minorias sexuais sempre tiveram um papel central na retórica “bolsonarista”⁹, assim como também foram notórios seus embates com seus colegas de Congresso: deputada Maria do Rosário (PT-RS) e o deputado Jean Willys (Pso1-RJ), parlamentar assumidamente homossexual e militante da causa.

Jairo Nicolau, ao tratar do recorte de gênero em sua pesquisa sobre as bases bolsonaristas, descreveu um panorama geral sobre a carreira do ex-deputado:

Bolsonaro fez, ao longo de sua carreira parlamentar, diversas declarações e se envolveu em episódios que mostraram atitudes machistas e misóginas, e que contribuíram para uma maior rejeição de seu nome junto ao eleitorado feminino. Ele atribuiu a uma “fraquejada” o fato de, após quatro filhos, ter tido uma filha. Ele foi o único deputado a votar contra a emenda constitucional de 2013 que ampliou os direitos trabalhistas para as trabalhadoras domésticas (categoria majoritariamente feminina). Em um episódio ocorrido na Câmara dos Deputados em 2003, ele empurra a deputada Maria do Rosário (PT-RS) e diz a seguinte frase: “Jamais iria estuprar você, porque você não merece”. (NICOLAU, 2020; 54)

Duas cenas notórias da carreira de Bolsonaro podem caracterizar a banalização da violência contra as mulheres: 1) seu embate iniciado em 2003 com a deputada Maria do

⁹ O que se entende por “bolsonarismo” não é nenhuma conduta ou ideologia partidária, mas sim o sentimento reacionário e violento contra os inimigos políticos declarados de Bolsonaro – reais e imaginários – como o feminismo, o Foro de São Paulo, os comunistas, os progressistas, etc.

Rosário¹⁰ (PT-RS); 2) o seu discurso em favor da abertura do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff.

Nos anais da Câmara dos Deputados ficou registrado uma discussão bastante elucidativa sobre o pensamento de Jair Bolsonaro. Enquanto o deputado era entrevistado por uma emissora de televisão sobre a pauta da redução da maioria penal, nas dependências da Casa (no Salão Verde), a também deputada Maria do Rosário (PT-RS) o interpelou dizendo que ele promoveria esse tipo de violência (no caso, o estupro e a violência contra as mulheres); ao que Bolsonaro reagiu rapidamente, interpretando que ela o havia chamado de “estuprador”. A resposta do deputado ficou marcada pela frase: “Jamais eu ia estuprar você, porque você não merece”.

O caso de violência simbólica do deputado contra a colega parlamentar gerou um processo na Justiça, vencido em primeira instância pela impetrante e chegou a ter recurso apreciado pelo Supremo Tribunal Federal. No entendimento da maioria dos ministros da Primeira Turma (por quatro votos a um), a declaração de Bolsonaro incitava a violência sexual contra as mulheres. De acordo com o relator, Ministro Luiz Fux:

“Se ela merecesse, eu estupraria”. É o que está dito em suas palavras implicitamente. Então, deve haver merecimento para ser vítima de estupro. As palavras do parlamentar podem ser interpretadas no sentido de que uma mulher não merece ser estuprada se é feia. Estaria em posição de avaliar quando a mulher mereceria ser estuprada. Atribui às vítimas merecimento do sofrimento que lhe seja infligido. (SAINT-CLAIR, 2018: 114)

Ademais o óbvio que nenhuma mulher merece sofrer uma violação por meio de um estupro, a frase contém algo perturbador em subtexto - ratificado pela interpretação do Ministro Fux - como se houvesse algum mérito ou desejo por parte da vítima em ser estuprada. Ou seja, essa frase evidencia a desvalorização da mulher e a banalização da violência sexual, mas também traz à luz um conteúdo do inconsciente de Bolsonaro, que é uma complexa relação entre violência e desejo libidinoso. Nesse caso, a violência retórica e a quebra de decoro parlamentar exprimem a compreensão de Theodor W. Adorno sobre as raízes psicológicas do

¹⁰ O fato está relatado pelo DETAQ com acesso pelo link: <https://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=11&nmComissao=Outros%20Eventos&tpReuniaoEvento=&dtReuniao=11/11/2003&hrInicio=14:00:00&hrFim=14:10:00&origemDiscurso=&nmLocal=Plen%C3%A1rio%20Principal%20-%20CD&nuSessao=2102/03&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:00&sgFaseSessao=&Data=11/11/2003&txApelido=&txFaseSessao=&txTipoSessao=&dtHoraQuarto=14:00&txEtapa=>

ódio fascista relacionadas à repressão dos indivíduos que se converte numa personalidade sadomasoquista. São duas importantes interpretações da análise desse conflito entre os parlamentares: primeiro há a aversão e o desrespeito a mulheres; em segundo está expressa a relação patológica, no ideário de Bolsonaro, entre violência/abuso e desejo/satisfação.

O indivíduo que foi forçado a renunciar os prazeres elementares e a viver sob um sistema de rígidas restrições, e que, portanto, se sente sobrecarregado provavelmente não apenas buscará um objeto sobre o qual possa “descarregar”, mas também fica particularmente irritado com a ideia de que outra pessoa está “se safando de algo”. Assim, pode-se dizer que a presente variável representa o comportamento sádico do autoritarismo, assim como a imediatamente anterior representa seu componente masoquista. (ADORNO, 2019: 142-143)

O voto em favor da abertura do processo de impeachment contra a presidenta Dilma, declarado por Jair Bolsonaro em plenário durante transmissão televisiva nacional ao vivo, homenageando o torturador da ditadura militar Ustra, conclamado pelo então deputado como “o pavor de Dilma Rousseff”, foi um ponto de inflexão na banalização da violência dentro do debate público nacional. Era de conhecimento público, a violação e os abusos das torturas contra mulheres (incluindo a presidenta), pelas sessões da Comissão Nacional da Verdade (CNV)¹¹, o que tornava aquela declaração ainda mais pavorosa. Naquele momento, não havia mais dúvidas de que o Brasil da Nova República estava diante de um novo grau de misoginia e de naturalização da violência contra as mulheres.

Bolsonaro declarou¹² após homenagear o presidente da Casa, o deputado Eduardo Cunha:

Perderam em 64, perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve, contra o comunismo, pela nossa liberdade; contra o Foro de São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff; pelo exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo e Deus acima de todos, o meu voto é sim.

Este discurso é muito mais do que um voto em favor da abertura de um processo de impeachment. O que se expõe na cena é uma proclamação à violência, uma ode ao golpismo; um profundo desprezo pelas instituições democráticas e pela história do povo brasileiro. Esta

¹¹ O relatório final da CNV pode ser conferido no link: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>

¹² O voto completo pode ser assistido no link: https://www.youtube.com/watch?v=2LC_v4J3waU

cena é certamente, e acima de tudo, uma declaração de sadismo e misoginia, pública e calculada.

Uma outra característica do pensamento reacionário de Bolsonaro é a negação do direito das mulheres, que fica bastante evidente no seu voto contra a Emenda Constitucional que propunha a equiparação de direitos trabalhistas também para a classe de trabalhadoras domésticas. O argumento¹³ de Bolsonaro era de que a equiparação poderia tornar mais difícil a contratação para esses serviços, levando essas mulheres à informalidade. O que se esconde por trás desse argumento é a realidade de subemprego para essas funcionárias domésticas, que comumente dormem nos locais de trabalho e não respeitam horários certos ou limites na relação entre patrão-empregado; e que essa condição de trabalho das empregadas domésticas foi e, em muitos casos ainda é, retrato do abismo social brasileiro e resquício da cultura escravagista. Não foi à toa que, durante uma entrevista para a Agência Câmara, onde Bolsonaro defendia seu voto contrário à Emenda, o deputado a comparou com outra proposta de emenda chamada “PEC do Trabalho Escravo”. Por onde pode-se concluir que o próprio Bolsonaro reconhece os indícios de condições análogas à escravidão no trabalho doméstico, talvez apenas a nível do inconsciente.

Os avanços dos direitos das mulheres são um problema para o bolsonarismo. A ministra Damare Alves é um bom exemplo de como o ex-deputado trata as questões de gênero. Ela assumiu a pasta do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos com uma frase que se tornou notória e simbólica do que seriam suas políticas com relação aos direitos das mulheres: “menino veste azul e menina veste rosa”¹⁴. A ministra, que é notória opositora dos movimentos feministas, e também se identifica publicamente como uma fundamentalista cristã (“terrivelmente evangélica”) e defensora da família; se pauta em moralidade e serve como um engodo argumentativo para a falta de protagonismo feminino dentro do governo de Jair Bolsonaro. Sua presença no Ministério serve à narrativa de que “existem mulheres que são contra o feminismo”, como se isso pudesse legitimar os posicionamentos sexistas – algo semelhante aconteceu quanto a nomeação de Sérgio Camargo para comandar a Fundação Palmares, ele, um negro que se posicionava contra conquistas da comunidade negra. O que acontece sob a máscara do engodo é que Damare está a serviço das lideranças religiosas

¹³ Apresentação do argumento de Bolsonaro pode ser assistida no link: <https://www.camara.leg.br/tv/401065-dep-jair-bolsonaro-pp-rj-foi-contrario-aprovacao-da-pec-das-domesticas/>

¹⁴ Assistir ao fato no link: <https://g1.globo.com/globonews/jornal-das-dez/video/azul-e-rosa-declaracao-da-ministra-damare-gera-polemica-e-critica-nas-redes-sociais-7275401.ghtml>

evangélicas muito influentes nas bases bolsonaristas e cujo objetivo é garantir a manutenção de estereótipos de gênero na sociedade seguindo o modelo tradicional familiar “cristão”.

O apelo constante à moralidade de Damares, como o de Bolsonaro, seria interpretado por Reich como demonstração do recalque no comportamento de ambos:

O ser humano genitalmente satisfeito é honrado, responsável, corajoso e controlado, sem disso fazer muito alarde. Tais atitudes são uma parte orgânica da sua personalidade. Pelo contrário, o indivíduo genitalmente enfraquecido, afetado por contradições na sua estrutura sexual, tem de estar constantemente atento para controlar sua sexualidade, para preservar sua dignidade sexual, para resistir às tentações etc. (REICH, 2015: 50)

O discurso moralista de Bolsonaro é sempre fundamentado em defesa da sua concepção de “família tradicional”, que é insuflada na nossa sociedade principalmente nos templos cristãos - tanto dentro da Igreja Católica (historicamente muito influente nas nações sul-americanas), como também nas diversas denominações evangélicas do país. As duas maiores denominações com lideranças reacionárias ativas no debate público são a Igreja Universal do Reino de Deus, do bispo Edir Macedo¹⁵, e a Assembleia de Deus, representada pelo pastor Silas Malafaia¹⁶.

¹⁵ Edir Macedo Bezerra é um bispo evangélico, televangelista, escritor, teólogo e empresário brasileiro. É o fundador e líder da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e proprietário do Grupo Record e da RecordTV, a terceira maior emissora de televisão do Brasil. Em maio de 1992, foi preso após um culto realizado em um antigo templo da igreja localizado no bairro paulista de Santo Amaro, acusado de charlatanismo, estelionato e curandeirismo. Ele foi solto onze dias depois, e as acusações foram posteriormente arquivadas por falta de provas. Em 2009, novamente foi alvo de denúncias, acusado pelos crimes de lavagem de dinheiro e formação de quadrilha, mas estas acusações foram anuladas porque o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo entendeu que a matéria deveria ser julgada pela Justiça Federal. Em 2011, fora denunciado pelo Ministério Público Federal em São Paulo pelos crimes de formação de quadrilha para lavagem de dinheiro e evasão de divisas. Em 2013 ele ainda estava sendo processado por autoridades norte-americanas, bem como as autoridades venezuelanas por fraude e lavagem de dinheiro. Informações no link: https://pt.wikipedia.org/wiki/Edir_Macedo

¹⁶ Silas Lima Malafaia é um pastor protestante neopentecostal brasileiro, líder da Assembleia de Deus Vitória em Cristo. Malafaia é graduado em psicologia e também é televangelista. Presidente da editora Central Gospel, além de ser vice-presidente do Conselho Interdenominacional de Ministros Evangélicos do Brasil (CIMEB), entidade que agrega cerca de oito mil pastores de quase todas as denominações evangélicas brasileiras. O pastor é notoriamente conhecido por sua atuação política e pelo discurso de ódio sobre temas como homossexualidade e aborto, bem como por defender a chamada teologia da prosperidade. Alguns exemplos da relevância de Malafaia para o discurso bolsonarista pode ser encontrado em matérias jornalísticas: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/01/4980160-igreja-universal-diz-que-quem-e-cristao-nao-vota-na-esquerda.html> e <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,em-ato-contra-gays-silas-malafaia-diz-que-uniao-homoafetiva-e-crime,1039203>

2.2 – As igrejas e o papel na construção da moralidade autoritária e a base do reacionarismo brasileiro

As igrejas cristãs, no Brasil, se constituíram como mais valioso pilar na construção da moralidade autoritária e têm sido observadas sobretudo pelos riscos que representam à democracia à medida que fanatizam seus fiéis e criam uma horda de fundamentalistas religiosos, intolerantes e prontos a ignorar a Constituição¹⁷ e as leis do país em detrimento de suas próprias interpretações da Bíblia.

O fenômeno do crescimento das igrejas evangélicas no país começou nos anos 1990 e, pode-se dizer, que fundamentou grande parte da ideologia do movimento reacionário que culminou com a eleição do presidente Bolsonaro. Segundo o filósofo Paulo Ghiraldelli:

A onda conservadora de costumes no Brasil tem a ver com o crescimento dessas igrejas. Bolsonaro é, em grande parte, a expressão política de tais igrejas, e colabora para a disseminação do pensamento mágico e infantil que tais pastores disseminam entre seus fiéis. (GHIRALDELLI, 2019: 78)

Para o filósofo, existe uma forte correlação entre a onda individualista neoliberal e o crescimento dessas vertentes evangélicas. Uma vez dada a crise do Estado de Bem- Estar Social pelo mundo, as populações encontraram refúgio e segurança no sobrenatural. Da mesma forma que a Social Democracia se descredibilizou diante das pessoas por sua lentidão e pela corrupção, característica da construção de maiorias no Congresso para se governar e mudar de fato as leis e a vida dos indivíduos; o Estado, ao falhar em sua disposição de garantir condições mínimas de dignidade material, saúde e educação para o povo, perdeu sua capacidade de acolher e instruir para os discursos emocionados de pastores e padres.

A onda conservadora (ou pseudoconservadora) que auxiliou na eleição de Jair Bolsonaro acompanhou o crescimento do bloco que se consolidou no Congresso Nacional: a chamada bancada evangélica. Este grupo de parlamentares que se denominam participantes de alguma agremiação evangélica (muitos deles sob a alcunha de “Pastor”) se uniram durante anos a fio contra a apreciação de pautas de direitos humanos por estarem supostamente defendendo as posições “cristãs”; seja quando a pauta é a legalização do aborto (mesmo mediante condicionantes como nos casos de estupro) ou seja quando se trata de direitos civis dos

¹⁷ A Constituição brasileira de 1988 tem como um de seus fundamentos o pluralismo político, que dentre outras coisas, determina a garantia de um Estado laico e defensor das diferenças de pensamento entre indivíduos na sociedade. (Art. 1º, V)

homossexuais. Sempre sob o argumento da defesa da família, onde se identifica o fundamento autoritário da moralidade evangélica. A “família” defendida por esses grupos extremistas religiosos é a família composta por marido, esposa e filhos. Qualquer outra configuração é rechaçada e considerada anormal e, portanto, deve ser preterida de seus direitos. Além da configuração, diante da postura adotada pela bancada em deliberação de leis contra a violência doméstica sofrida por crianças, pode-se interpretar que o modelo de família patriarcal defendido por esses ditos religiosos é bastante próximo daquele descrito por Reich como “família autoritária”, cuja liderança masculina é exercida mediante condutas violentas, autoproclamadas corretivas, mas que de fato promovem uma castração simbólica e comprometem o desenvolvimento psicológico e sexual dos jovens.

Não é uma novidade que o cristianismo sirva de base moral para a família patriarcal no ocidente e foi modelo bastante similar a esse (em discurso) o que foi defendido pelo regime nazifascista, o qual se instituiu sob a liderança de um pai autoritário. O diferencial entre esses casos é somente o momento histórico. No cenário contemporâneo, o discurso pregado nas igrejas brasileiras confronta abertamente as conquistas humanitárias do século XX em favor das minorias sociológicas, em especial as conquistas ligadas a liberdade sexual.

Segundo Jairo Nicolau, Bolsonaro encontrou convergências com os discursos reacionários de origem religiosa e, a partir dessa identificação, angariou grande parte desses eleitores evangélicos pela defesa de pautas de comportamento conservadoras que fomentaram a discriminação de grupos minoritários e a formação de caráter autoritário nas famílias:

Ele passa a dar destaque ao que chama de “defesa da família tradicional”, que a seu ver seria ameaçada pelo casamento gay, pelo material escolar do governo do PT “que incentiva as crianças a serem homossexuais” e até pela “lei menino Bernardo” (Lei 13010/2014), que pune castigos físicos e maus-tratos contra as crianças, a qual, para Bolsonaro, tiraria a autonomia dos pais. É como defensor dessa agenda que ele estabelece as primeiras conexões com a bancada religiosa e conservadora da Câmara dos Deputados. (NICOLAU, 2020: 76)

Neste trecho, Nicolau apresenta o que é considerado “defesa da família tradicional” para os fundamentalistas. Para esses grupos há uma suposta ameaça ao modelo familiar tradicional pela igualdade de direitos concedidos a casais homossexuais, assim como há também uma ameaça quando o Estado se propõe a impedir os casos de violência física contra as crianças no âmbito doméstico. A referida lei nº 13.010/2014 (chamada Lei menino Bernardo) trata de alteração no Estatuto da Criança e do Adolescente, proibindo qualquer forma

de violência corretiva, disciplinar ou sob qualquer pretexto. A oposição de Bolsonaro e de parlamentares da bancada evangélica é uma declaração implícita daquilo que eles compreendem por educação na família tradicional cristã que vai ao encontro da análise de Reich sobre o processo de castração simbólica decorrente do modelo familiar patriarcal e sua função na estrutura moral autoritária e, conseqüentemente, na formação do caráter fascista.

...as inibições e fraquezas sexuais, que se constituem nos pré-requisitos fundamentais para a existência da família autoritária e são o princípio essencial da formação estrutural do indivíduo da classe média baixa, são mantidas por meio do temor religioso, traduzindo-se no sentimento de culpa sexual, fortemente arraigado nas emoções. É esta a origem do problema da relação entre a religião e a negação do desejo sexual. A fraqueza sexual tem como consequência uma diminuição da autoconfiança, que em alguns casos é compensada pela brutalização da sexualidade, e, em outros, por uma rigidez do caráter. (REICH, 2015: 50)

O que se evidencia, a partir das posições defendidas pela bancada evangélica e pelo Bolsonaro, é que a defesa da manutenção do sistema patriarcal e da violência como método educacional no seio das famílias somente interessa àqueles que pretendem manter os anseios violentos na sociedade em geral, pois é essa relação complexa de amor e ódio, pelos castigos físicos infligidos às crianças por seus pais ou cuidadores, que nutre a predisposição à brutalidade e ao autoritarismo nos indivíduos adultos.

Em novembro do ano de 2010, o deputado Jair Bolsonaro deu uma declaração à TV Câmara dizendo que “se o filho começa a ficar assim meio gayzinho, leva um couro e ele muda o comportamento dele”¹⁸. Esta fala exemplifica o tipo de educação familiar defendida por Jair, a qual tem efeitos psicológicos graves que fomentam a violência na sociedade. Essa é somente uma de tantas outras declarações polêmicas que constituíram a “fama”, a notoriedade e a identificação com núcleos conservadores da sociedade brasileira daquele que viria a se tornar o Presidente da República no pleito de 2018.

¹⁸ Fonte: Agência Câmara de Notícias - <https://www.camara.leg.br/noticias/144388-comissao-vai-debater-declaracao-de-bolsonaro-sobre-punicao-a-filho-gay/>

2.3 – Bolsonaro e sua construção pública a partir das suas polêmicas atitudes e falas misóginas e homofóbicas.

A personalidade pública e o discurso de Bolsonaro ganharam divulgação nas mídias brasileiras exatamente pelo seu conteúdo extremista e de caráter sensacionalista de apelo popular. O ex-parlamentar fez parte do chamado “Baixo Clero” da Câmara dos Deputados, por onde passou, por muitas vezes, despercebido dos debates econômicos e sociais de maior relevância nacional. No entanto, ele “brilhava” quando o assunto era defender o indefensável tangenciando os limites democráticos. Fossem os abusos e a degradação civilizacional da ditadura militar brasileira (1964-1985), ou fosse a manutenção das imensas desigualdades sociais estruturais do país, especialmente as desigualdades de gênero e ligadas a diversidade sexual. Compreender a ascensão de Jair Bolsonaro até sua eleição à presidência é, sobretudo, um exercício de avaliação de seu discurso reacionário e a consequente criação de identificação com núcleos da sociedade brasileira fundada em frustração, ressentimento e cultura de violência, tão marcantes por nosso complexo cultural¹⁹ colonial, violento, exploratório, racista, escravagista e misógeno.

A misoginia e a homofobia são os pontos bastante cristalinos do discurso bolsonarista, tanto que as ameaças descritas por ele constantemente retratam a decadência da supremacia de uma masculinidade bem específica. O culto à violência e às armas, ou o desejo por uma sociedade impositiva pela força são evidências implícitas dessas características. Numa entrevista²⁰ icônica à TV Bandeirantes, em maio de 1999, o ex-deputado defendeu um novo golpe militar no Brasil e uma guerra civil onde, segundo ele, deveriam morrer “uns trinta mil”, incluindo o, então, presidente da república Fernando Henrique Cardoso; se declarou favorável à tortura e também implicou o regime democrático como responsável pelas mazelas do país. A violência, novamente, é apresentada como um meio e um fim; a “democracia corrupta” é alvo de críticas, também, porque afronta a supremacia do mais forte. Porque é um obstáculo ao controle de homens “rígidos e corretos”. Tem-se nesse recorte a explicação para a infundável exaltação da ditadura - o regime dos “fortes” e “íntegros” - e a depreciação da democracia - o regime dos “fracos” e “corruptos”.

¹⁹ A teoria dos complexos culturais foi desenvolvida sob uma abordagem psicanalítica neo-junguiana por Joe Henderson.

²⁰ Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/06/nos-anos-90-bolsonaro-defendeu-novo-golpe-militar-e-guerra.shtml>

Outra característica implícita do discurso misógino do bolsonarismo é a aversão ao intelectualismo. Nessa entrevista anterior, esse traço aparece pelo desejo de extermínio do presidente Fernando Henrique Cardoso, notório sociólogo brasileiro, que passou os anos da ditadura no exílio. Em outros momentos, Bolsonaro repete esse pensamento característico da linguagem fascista, como na sua paranoia sobre a perversão das crianças nas escolas brasileiras, nas críticas aos estudos de gênero (tratado por ele como “ideologia de gênero”, com a intenção de deslegitimar tais estudos), no posicionamento contra o “politicamente correto” e na defesa do Projeto de Lei “Escola sem Partido”, que propõe combater uma “doutrinação ideológica marxista” da juventude brasileira que estaria acontecendo no ambiente acadêmico. O filósofo Jason Stanley identifica esse traço de discurso fascista com sua essência misógina. Segundo o autor, para os fascistas: “As universidades subvertem a masculinidade e minam a família tradicional, apoiando estudos de gênero”. (STANLEY, 2018: 55)

Afora o culto à violência e os ataques à educação, Bolsonaro foi muitas vezes mais explícito no seu caráter machista. O jornalista Clóvis Saint-Clair, relata os fatos notórios que proporcionaram a ascensão do chamado “mito” por seus seguidores. Está relatado em seu livro uma entrevista dada ao programa sensacionalista da Rede TV, Superpop, diante da apresentadora Luciana Gimenez, onde o deputado argumentou²¹ porque, em sua concepção, fazia sentido que mulheres fossem menos remuneradas e/ou indesejadas nas empresas privadas. Em sua argumentação, os contratantes privados não teriam nenhuma obrigação em contratar mulheres ou remunerá-las de forma equânime aos homens de mesma função porque elas engravidavam e, portanto, teriam direitos trabalhistas a mais que os homens (SAINT-CLAIR, 2018: 116). Apesar de haver “lógica” em seu raciocínio, tendo em vista a atividade capitalista predatória no âmbito privado de maximização dos lucros indiferentemente a valores, tais como os da dignidade humana, a defesa fria dos contratantes particulares revela o descaso quanto a imoralidade dessa realidade desigual. Como se a condição de mulher naturalmente as tornasse inferior no ambiente competitivo e, então, justificasse a defasagem salarial.

Em outro momento, durante palestra no Clube Hebraica, no Rio de Janeiro, Jair Bolsonaro traduziu seu desprezo pela condição das mulheres com uma “brincadeira” machista. O, então, parlamentar disse que teve cinco filhos, quatro homens e na quinta, deu “uma fraquejada e veio uma mulher” (SAINT-CLAIR, 2018: 104). Apesar de se tratar apenas de uma piada de mau gosto, seu histórico de desrespeito às mulheres e às minorias, além do fato de

²¹ A entrevista pode ser vista no link: <https://www.redetv.uol.com.br/superpop/videos/ultimos-programas/bolsonaro-diz-que-nao-pagaria-a-mulheres-o-mesmo-salario-dos-homens>

encontrar graça em tal comentário, são claros indicativos do quanto ele despreza intimamente as mulheres e de quanto ele não as enxerga enquanto indivíduos dotadas de igual valor que os homens.

As evidências do caráter misógino de Bolsonaro estão, implícita ou explicitamente, apresentadas por toda sua carreira pública. As suas frases homofóbicas²² são constantemente ligadas à homossexualidade masculina, das quais se pode depreender um incomodo quanto ao que seria (no seu entendimento) “um homem assumindo um papel de mulher”. Enquanto deputado, Jair se utilizou sempre de sua prerrogativa de imunidade parlamentar para destilar todo tipo de comentário que pudesse ofender a comunidade LGBTQIA+, vinculando a homossexualidade à pedofilia e ao uso de drogas (SAINT-CLAIR, 2018: 92-94), sempre, novamente, em defesa da família tradicional. Certamente essas falas foram estratégia para criar relação com bases conservadoras, mas que também revelaram questões muito íntimas de seu caráter e de sua psique.

Já enquanto presidente da república, Bolsonaro continuou a transparecer seu machismo e desrespeito profundo ao feminino em ataques à mídia de maneira geral, mas especialmente a jornalistas mulheres. Um exemplo²³ que traduz essa necessidade de demonstração de autoridade e força sobre uma mulher jornalista se deu em 2021, quando uma profissional o questionou sobre o fato de o presidente não estar usando máscara (necessária e de uso obrigatório, determinado pelo próprio Ministério da Saúde de seu governo, durante a pandemia para a prevenção da disseminação da COVID-19). Bolsonaro mandou a jornalista “calar a boca” aos gritos, em seguida acusou o jornalismo brasileiro de acabar com a “família” e a “religião” do país.

Esses exemplos, como tantos outros, tornaram a figura do deputado de pouca relevância dentro do Congresso Nacional em alguém bastante conhecido por todo o país, a ponto de se gerar manifestações contrárias a possibilidade de sua eleição para a presidência da República, em 2018. O movimento denominado “Ele não” foi composto, em sua maioria, por mulheres com formação de nível superior, ou seja, mulheres bem informadas quanto ao discurso do candidato (NICOLAU, 2020: 56). A tentativa de expor o risco que Bolsonaro representava para

²² Fonte: <https://observador.pt/2018/09/07/as-ideias-e-propostas-mais-controversas-de-jair-messias-bolsonaro/>

²³ Fonte: Diário do Nordeste - <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ultima-hora/pais/bolsonaro-manda-jornalista-calar-a-boca-ao-ser-questionado-sobre-uso-de-mascara-1.3100310>

a democracia no país, a inconsistência e irracionalidade de seu discurso foi flagrantemente fracassada. No entanto, a aparente irracionalidade do discurso bolsonarista é apenas instrumental, como apontado por Marcos Nobre (NOBRE, 2020: 15-16). Da mesma forma como a irracionalidade é instrumental nos discursos fascistas, porque há um apelo ao emocional das massas. No discurso de Bolsonaro há sim uma racionalidade e consciência sobre aquilo que se pretende defender: a supremacia do mais forte e o imperativo do patriarcado.

Capítulo 3 – A convergência dos discursos nazista e bolsonarista sob o aspecto de gênero e a defesa dos “valores da família”

O debate sobre as ameaças aos regimes democráticos e também sobre o ressurgimento de grupos neonazistas tem crescido bastante nos últimos anos. Apesar dos esforços acadêmicos na área da Ciência Política, da Psicologia, da Filosofia e da História em compreender as raízes dos equívocos que propiciaram a ascensão de Hitler e seu regime totalitário de terror na Alemanha, várias lideranças políticas e ideológicas têm surgido com velhos discursos reacionários abertamente xenófobos, racistas e misóginos por todo o mundo que representam ameaças reais às democracias, entretanto conquistam apoio de diversas pessoas ressentidas das perdas de seus privilégios históricos dentro de suas sociedades.

O risco da ascensão de demagogos a partir de eleições populares é conhecido desde as origens das democracias representativas modernas, como é retratado nos debates entre os constitucionalistas norte-americanos no final do século XVIII. Os cientistas políticos Levitsky e Ziblatt definem muito bem o grande risco às democracias que reside na extrapolação da polarização política entre grupos dentro de uma mesma nação quando chegam ao ponto de não se aceitarem mutuamente em suas distinções culturais:

O enfraquecimento de nossas normas democráticas está enraizado na polarização sectária extrema – uma polarização que se estende além das diferenças políticas e adentra conflitos de raça e cultura. [...] E, se uma coisa é clara ao estudarmos colapsos ao longo da história, é que a polarização extrema é capaz de matar democracias. (LEVITSKY e ZIBLATT, 2018: 20)

Existem diversas formas de abordagem comparativa para se traçar semelhanças entre os discursos de Hitler e de Bolsonaro: as tendências autoritárias, o sectarismo na forma de disputa cultural, o racismo supremacista, o culto à violência, etc. No entanto, a perspectiva da misoginia e da aversão à diversidade e à liberdade sexual fundamentada na defesa “família

tradicional” como origem psicológica da relação de identificação com as bases populares nos discursos parece ser a abordagem mais íntima e profunda.

Bolsonaro sempre expressou o culto à violência como algo natural, como algo de direito do povo, assim como Hitler. O desprezo pelos movimentos feministas e a determinação do papel da mulher nas famílias também é bastante similar. O ódio ao Comunismo e ao Socialismo são presentes em ambos discursos também, principalmente por representarem uma subversão do modelo patriarcal – tanto é que, nos dois casos, são sempre relacionados com promiscuidade e perversões sexuais. O fascismo é uma doutrina de hierarquia de ordem racial, social e de gênero. No caso do discurso bolsonarista, devido à lógica colonial brasileira, o homem branco cristão tomando seu lugar ao topo, enquanto mulheres e minorias sociológicas negras, indígenas, homossexuais e transexuais devem assumir seus lugares subalternizados ou estarem gratas por ainda existirem.

É importante discernir essencialmente, todavia, as diferenças dentro da linguagem racista de Hitler e Bolsonaro. O discurso nazista se propôs, a partir de uma construção histórica racista europeia e alemã (especialmente antissemita), a construir uma máquina de perseguição e segregação a judeus, ciganos e negros; enquanto o discurso bolsonarista não propõe essa mesma perseguição diretamente. No caso, a questão histórica brasileira, dando-se destaque à cultura escravagista secular, já deixou essa “máquina” constituída previamente. Bolsonaro delimita sua linguagem racista contra negros e etnias indígenas nativas apenas sob o aspecto da negação desse racismo evidente, que é estrutural, segregacionista e persecutório – tanto quanto é também genocida em grande medida. Outro ponto interessante é que, como a questão sionista não tem grande relevância histórica dentro da cultura brasileira, Bolsonaro assume a defesa de Israel e a aproximação com grupos judaicos como atributo diversionista, como se dissesse: “Eu não poderia ser nazista porque não sou antissemita”. Tal qual se utiliza de negros, de mulheres e de gays para negar ser racista, misógino ou homofóbico. A questão é que esse paralelo de Bolsonaro com o nazifascismo acontece, não sem razão, e é de veras bastante comum.

Ainda em se tratando das semelhanças entre o nazismo e o bolsonarismo, seria necessário apreciar os estudos da antropóloga brasileira Adriana Dias (professora convidada da Fiocruz), que estuda há mais de vinte anos o surgimento de células neonazistas no país, sobretudo nos ambientes virtuais. De acordo com a pesquisadora, existem evidências suficientes para se afirmar que parte da base eleitoral bolsonarista é, de fato, neonazista.

Inclusive, como ela descreve em matéria²⁴ ao portal jornalístico *The Intercept Brasil*, fora encontrado um e-mail do próprio Bolsonaro enviado a sites neonazistas, no qual o ex-deputado agradece pelo apoio desses grupos.

O que estes grupos neonazistas viram em Bolsonaro para decidirem apoiá-lo? Quais as ligações entre as ideias reacionárias do ex-deputado e o Führer alemão? As respostas para essas perguntas são muitas, no entanto, este trabalho e a pesquisa desenvolvida permite a compreensão de que todas essas respostas transpassam por fundamentos psicológicos nos indivíduos desenvolvidos dentro do modelo patriarcal familiar, onde se configura uma estrutura hierárquica misógina baseada em estereótipos de gênero e desvalorização do sexo feminino.

3.1 – A convergência quanto a segregação de gênero e sexualidade a partir da construção de estereótipos, desvalorização e desrespeito ao feminino.

Pode-se tratar, primeiramente, das comparações entre os discursos nazista e bolsonarista partindo da compreensão do papel da mulher no mundo. A aversão explícita de ambos aos movimentos feministas traz essa questão à tona. Qual seria a ameaça político-social que o feminismo representaria? Seria a luta por direitos iguais ou a ampliação da participação das mulheres nos ambientes públicos do trabalho, do ativismo político, do questionamento dos papéis de gênero nas universidades um problema para nazistas e bolsonaristas? A quem estão ameaçando as feministas quando querem discutir, por exemplo, sobre a legalização do aborto?

É certo que não se trata dos mesmos momentos históricos, sob nenhum aspecto, mas especificamente não se trata dos mesmos “feminismos” quando se coloca os anos 1920-30 e o início do século XXI. Houve grandes conquistas culturais no que tangem à liberdade sexual, aos direitos dos homossexuais e à participação das mulheres em diversas áreas profissionais dentro deste período de 80 anos no mundo ocidental. Ainda assim, o Brasil, na periferia do que se acostumou chamar Primeiro Mundo, tem muitas discussões neste sentido ainda embarreiradas por forças religiosas, conservadoras ou reacionárias, em grande parte com muita influência fora dos núcleos urbanos, que trabalham para a perpetuação do modelo estereotipado da “mulher do lar”, em defesa da “família”.

De maneira geral, o feminismo e as lutas das mulheres por mudanças nas estruturas sociais de dominação masculina do ambiente público ameaçam apenas aqueles que se

²⁴ A matéria pode ser conferida pelo link: <https://theintercept.com/2021/07/28/carta-bolsonaro-neonazismo/>

beneficiam dessas estruturas de opressão e querem limitar as mulheres ao estereótipo da “dona de casa” e, em última instância, ao de mãe, exatamente este supervalorizado pela doutrina fascista e também pelo ideário reacionário bolsonarista. A agenda conservadora contrária à legalização do aborto é evidentemente um exemplo de como se pretende impedir a mulher de ter controle sobre seu próprio corpo e sobre seu próprio futuro. O que está por trás de qualquer argumentação religiosa de “proteção da vida” serve somente como pretexto para omitir o fato de que a mulher não deve ter o direito de fugir à obrigação de se submeter à maternidade, enquanto, o direito do homem de abandonar a paternidade²⁵, seja na forma do completo abandono ou do não reconhecimento civil, ainda que ilegal, é socialmente preservado, sendo imposta pela lei (quando no máximo) a obrigação do pagamento de uma pensão alimentícia.

Sobre a desvalorização do feminino, Hitler como ideólogo capta bastante do pensamento machista que se contrapunha aos avanços de pautas feministas. Ele também trata no âmbito simbólico da desvalorização quando afirma, por exemplo, sobre a natureza “feminina” das massas (*apud* LANGER, 2018: 42), que necessitariam de uma liderança masculina forte; quando abrange o racismo ou quando discorre sobre a natureza da imposição do poder pelo mais forte: “O papel do mais forte é dominar” (HITLER, 1925: 208). Wilhelm Reich trata dessa “necessidade” das massas que carecem de um domínio rígido, de forma mais correta, como uma projeção de uma necessidade infantil. O pensamento de Jair Bolsonaro é menos sofisticado que o do Führer alemão, tanto que suas demonstrações expressas de desrespeito e de desvalorização das mulheres acabam sendo muito mais grosseiras. Como aconteceram nos ataques à deputada Maria do Rosário (PT-RS), nas agressões a jornalistas mulheres, na piada sobre sua filha ser uma “fraquejada” ou em seus comentários em defesa da diferença salarial das mulheres.

No quesito desprezo pela homossexualidade ou na forma de tratar dela como um desvio da “normalidade”, beirando a patologia, os discursos se assemelham ainda mais. O fato é que Bolsonaro ignora as conquistas do século passado quando se trata de mulheres e populações LGBTQIA+, nas palavras do jornalista Clóvis Saint-Clair: “Bolsonaro parece ter sido congelado em meados do século 20” (SAINT-CLAIR, 2018: 104). O nazismo, seguindo os preceitos de Hitler perseguiu, violentou e matou um número imenso de homossexuais. Bolsonaro em comentários já chegou a dizer: “Não vou combater nem discriminar, mas, se vir

²⁵

<https://www.ufpb.br/comu/contents/noticias/o-abandono-paterno-e-a-culpabilizacao-da-mulher#:~:text=Todo%20mundo%20conhece%20ou%20j%C3%A1,as%20chamadas%20E2%80%9Cm%C3%A3es%20solo%20E2%80%9D.>

dois homens se beijando na rua, eu vou bater” (SAINT-CLAIR, 2018: 82). Este tipo de declaração pode não ser diretamente uma perseguição ou uma violência física, todavia, no Brasil, onde as agressões a homossexuais são comuns e atentados contra a vida dessas populações têm estatísticas dentre as maiores do mundo, esse tipo de fala, quando no mínimo, legitima tais atos em forma de provocação e de insinuação.

Ambos, o nazismo e o bolsonarismo são reacionários quando se trata sobre a formação da família e sobre a hipervalorização do estereótipo da mulher como mãe. Segundo a avaliação psicanalítica de Reich (feita baseando-se na sociedade alemã durante a ascensão do nazismo), pode-se depreender que essa predisposição da população brasileira em se manter a defesa de família tradicional, também o caráter nacionalista do apelo fascistóide, teria a ver com a economia muito vinculadas ao ambiente rural e à cultura camponesa:

É no profundo entrelaçamento da família e da economia que reside a causa do “apego à terra” e do “caráter tradicional” dos camponeses, tornando-os tão permeáveis à influência da reação política. [...] acontece que o modo de produção do agricultor exige uma estreita ligação familiar entre todos os membros da família, ligação essa que pressupõe uma forte repressão e recalcamento sexuais. É nesta base dupla que se apoia a maneira de pensar típica do campesinato, cujo cerne é formado pela moralidade sexual patriarcal. (REICH, 2015: 44)

...os jovens desse meio começam a ter relações sexuais bastante cedo. Mas, em consequência da severa educação patriarcal, a juventude revela perturbações ou tendências brutais; o sexo é praticado em segredo; é comum a frigidez das mulheres; assassinatos por motivo sexual e um ciúme violento, bem como a escravização da mulher, são fenômenos típicos entre os camponeses. [...] O casamento patriarcal é o objetivo máximo da educação, ditado pela economia rural. (IBID: 60)

A ideologia fascista da organização hierárquica do Estado tem como modelo a organização hierárquica da família camponesa. (IBID: 56)

Ao avaliar estes trechos, vê-se as questões que deram origem psicológica às similaridades entre as bases populares que constituíram o nazismo no início do século passado e o bolsonarismo quase cem anos depois. A defesa similar da família tradicional autoritária, junto à repulsa aos movimentos feministas determinam a semelhança daquilo que os ideários consideram “família” quando se propõem, em discurso, a defender. Em se tratando de perturbações de natureza sexual, é importante lembrar um notório comentário²⁶ de Bolsonaro

²⁶ Existem várias matérias que tratam do ocorrido, inclusive vídeos no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=JuQeKzWVZFQ>

desferido de forma natural e “cheia de graça” sobre a prática de zoofilia em sua juventude, feita a um programa sensacionalista da Rede Bandeirantes, chamado Custe o Que Custar (CQC), num quadro em que o ex-deputado respondia a perguntas utilizando um polígrafo para indicar se ele respondia sinceramente às perguntas.

Talvez essa seja a maior convergência entre os discursos nazista e bolsonarista: a defesa da família tradicional. Parece que exatamente por trás desse argumento (ou engodo) que se encontra os fundamentos tanto para a concepção de mundo que ambos pretendem defender, quanto para a identificação com as bases populares. A tal “defesa da família tradicional” soa como uma pauta bondosa, em alguma medida conservadora de uma célula relevante na constituição social, entretanto essa defesa ferrenha na verdade nega as diversidades de composição familiar, além de advogar em favor do modelo patriarcal que prega a violência como forma de educação há séculos, e que de acordo com estudos psicológicos provocam graves danos no desenvolvimento dos indivíduos.

3.2 – Os discursos autoritários e violentos sob a bandeira da “defesa da família”.

O autoritarismo e a violência no discurso nazifascista são possivelmente suas maiores marcas. A utilização destes recursos retóricos sempre foi um artifício para dar voz às frustrações da população, mas também para estimular a liberação de atos violentos contra aqueles grupos considerados “inimigos da nação”. Bolsonaro segue à risca essa cartilha. Ele já fez incontáveis elogios à ditadura militar, além de declarações em favor de líderes autoritários pelo mundo e trata a violência sempre com muita naturalidade. Em diversas entrevistas já incentivou a guerra civil, promoveu a tortura, apregoou a legitimidade da formação de milícias, insuflou a violência policial, praticou apologia ao estupro (de acordo com condenação da Justiça brasileira, reiterada pelo STF) e declarou que a ditadura militar no Brasil teria errado por “apenas” torturar e não matar mais pessoas.

Tendo em vista os estudos de Reich e de Adorno, todas essas manifestações que promovem a violência ou que defendem a agressão como método político tem fundamento em construções psicológicas muito definidas que partem, de alguma maneira, da naturalização da violência no ambiente doméstico dentro do modelo de família autoritária patriarcal. Desta

forma, portanto, esses indivíduos constituiriam uma racionalização dependente da argumentação em defesa da chamada “família tradicional” como método de manutenção dessa estrutura social calcada na imposição hierárquica. As duas teorias adotadas têm abordagens ligeiramente diferentes, no entanto elas se complementam na compreensão do potencial caráter fascista ou pseudoconservador.

Uma bandeira muito evidente no discurso de Bolsonaro sempre foi a “defesa das crianças” nas escolas diante de propostas de educação sexual, como se o ensino sexual fosse algum tipo de perversão ou incentivo à pedofilia. O bolsonarismo quer, de fato, deixar que o ensino (ou a falta deste) sobre sexualidade fique restrita à família, tradicionalmente castradora e mistificadora, geralmente, por influência religiosa. Na verdade, o intuito da educação sexual nas escolas de ensino fundamental e médio é de esclarecer e de desmistificar a sexualidade, de possibilitar a identificação de casos de abusos sexuais nos ambientes familiares, de educar sobre a diversidade sexual para prevenir a homofobia e também de possibilitar que os jovens possam usufruir - quando decidirem iniciar - de uma vida sexual consciente quanto aos riscos de doenças e quanto às formas contraceptivas.

A maneira negativa de abordar a sexualidade demonstra uma evidente dificuldade de lidar com o assunto e essa dificuldade revela muito do tipo de formação psicológica de Bolsonaro. O psicanalista Wilhelm Reich aponta em suas pesquisas que o fundamento da psicologia fascista se constitui no recalque do indivíduo devido à castração simbólica causada pela família autoritária patriarcal. Em resumo, o indivíduo sofre repressões no ambiente familiar, de natureza sexual ou simbolicamente libidinal, e esses registros são suprimidos no âmbito consciente e “guardados” no inconsciente, prontos a emergir violentamente na forma de discurso moralista ou como defesa da honra. Assim, o tema da sexualidade se torna um tabu e não é encarado com a naturalidade devida, mas muito além disso, a castração da sexualidade natural é de tal forma tão íntima que afeta como um todo a estrutura do indivíduo. O indivíduo, então, se torna incapaz de aceitar a liberdade e a responsabilidade que ela acarreta; se torna submisso, moralista e dependente de uma figura de autoridade.

A explicação é a seguinte: a repressão da satisfação das necessidades materiais tem resultados diferentes da repressão das necessidades sexuais. A primeira leva à revolta, mas a segunda impede a rebelião contra as *duas* espécies de repressão ao reprimir os impulsos sexuais, retirando-os do domínio do consciente e fixando-os como defesa moral. Na verdade, também a inibição da própria rebelião é inconsciente. Na consciência do homem médio apolítico não se encontram vestígios disso.

O resultado é o conservadorismo, o medo da liberdade; em resumo, a mentalidade reacionária.

Não só através desse processo que a repressão sexual fortalece a reação política e torna o indivíduo das massas passivo e apolítico; ela cria na estrutura do indivíduo uma força secundária, um interesse artificial que também apoia ativamente a ordem autoritária. Quando o processo de repressão sexual impede a sexualidade de atingir a satisfação normal, este recorre aos mais variados tipos de satisfação substituta. Por exemplo, a agressão natural transforma-se em sadismo brutal, que é um importante elemento da base psicológica de massa das guerras imperialistas instigadas por alguns. (REICH, 2015: 29)

O filósofo Theodor Adorno apresenta a teoria do deslocamento (*projeção*) para explicar como se dá a transferência do ódio gerado na criação autoritária, devido à repressão e austeridade, para indivíduos *outgroups* (pessoas de outras etnias, gênero, diferentes correntes religiosas, diferentes nações, etc). Esta teoria, apesar de não tratar exatamente da questão do recalque sexual, entende que há um fundamento de “necessidade interna” e também corrobora com a análise de Reich no que se refere à projeção das frustrações e à dificuldade inconsciente do indivíduo em assumir suas responsabilidades.

... de acordo com a presente teoria do deslocamento, o autoritário, devido a uma necessidade interna, *deve* voltar sua agressão contra os *outgroups*. Ele deve fazê-lo porque é psicologicamente incapaz de atacar as autoridades de seu próprio *ingroup* e não por causa da confusão intelectual em relação à fonte de sua frustração. Se tal teoria estiver correta, então a agressão autoritária e a submissão autoritária devem revelar-se altamente correlacionadas. Além disso, essa teoria ajuda a explicar por que a agressão é tão regularmente justificada em termos moralistas, por que ela pode se tornar tão violenta e perder toda a conexão com o estímulo que originalmente a desencadeou. (...) Em outras palavras, os próprios impulsos inaceitáveis do indivíduo são *projetados* em outros indivíduos e grupos. (ADORNO, 2019: 144-145)

De acordo com essas teorias, pode-se depreender que tanto Hitler como Bolsonaro são construções de caráter provenientes de famílias autoritárias e que, devido a castrações de natureza libidinal ou simbólica, ambos se constituíram em indivíduos frustrados e inábeis para lidar com a própria liberdade e a dos demais. Desta forma, voltaram-se para uma construção discursiva moralista, autoritária e violenta, como formas de justificar o sentimento de frustração e de gratificar seus egos distorcidamente através do sadomasoquismo que envolve tanto o desejo por dominação quanto a satisfação com a dor dos outros.

Como descrito por Walter Langer, Hitler teve um pai bastante violento e autoritário (LANGER, 2018: 103). Já sobre o Bolsonaro - sem explorar muito de sua vida íntima - por suas declarações sobre aquilo que ele acredita ser uma “boa criação” para seus filhos, pode-se interpretar que sua referência familiar não deve ser tão diferente do modelo patriarcal violento do líder nazista. E esse caso deve se repetir em inúmeras famílias, seja na Alemanha do século passado ou no Brasil contemporâneo, tanto porque o grande poder das lideranças populistas autoritárias é exatamente a relação de identificação com as bases populares. E esta é a relação que se dá em toda formação da psicologia de massas dos movimentos fascistas em todas as suas vertentes.

É essencial para o fascismo que o indivíduo esteja embevecido pela doutrinação. Esses tipos de análises profundas do caráter psicológico não têm vez para os fascistas, até porque faz parte dessas construções a necessidade de se levar tais questões ao inconsciente (o recalque) para não se ter de lidar com elas. A negação e a eliminação desses conteúdos do âmbito consciente se dá exatamente para que esses indivíduos não precisem assumir a responsabilidade sobre sua liberdade de pensamento e de ação, sendo bastante comum a esses indivíduos a construção de “realidades paralelas” e superstições, além da prática de criar estereótipos dos grupos inimigos. É por este motivo que o discurso toma a forma superficial de defesa da moralidade e da família tradicional, que são conceitos subjetivos e vagos. Sob essa estrutura discursiva se esconde a defesa da perpetuação de um modelo familiar machista, violento e autoritário construído a partir da mitificação do passado e condenação da “degradação” cultural e social do presente, cuja responsabilidade é inteira dos tais inimigos, sejam eles chamados de esquerdistas, comunistas, judeus, feministas ou quaisquer denominações que os despersonifiquem e lhes retirem a dignidade humana.

3.3 – O mito fundacional da nação, o simbolismo da maternidade e a perpetuação da família autoritária

A construção da linguagem simbólica do fascismo se inicia com um mito fundacional da nação ou um passado idealizado o qual o projeto fascista de poder se propõe a reconstruir. Este mito sempre está relacionado à idealização da família patriarcal e pretende reforçar o papel do homem como provedor/chefe e a mulher como mãe, tal como descreve o filósofo Jason Stanley. Pois é neste modelo hierarquizado que o regime se projeta simbolicamente sendo a liderança paterna (o “Führer” ou o “Mito”) autoritária o centro de força política e detentora de

privilégios e protagonismo na vida pública e o feminino deve ser limitado ao âmbito privado. Sob a perspectiva do mito fundacional, o nazismo e o bolsonarismo são bastante distintos, no entanto, ambos carregam a linguagem simbólica do patriarcado familiar como núcleo e de uma predestinação divina.

... na imaginação fascista, o passado invariavelmente envolve papéis de gênero tradicionais e patriarcais. O passado mítico fascista tem uma estrutura particular, que sustenta sua ideologia autoritária e hierárquica. (STANLEY, 2020: 20)

Alfred Rosenberg, um dos principais ideólogos do nazismo, frequentemente fez o resgate dos mitos helênicos como parte da suposta cultura superior atribuída ao povo ariano, de acordo com a pregação nazi, a única raça criadora de cultura. O mitólogo Robert Graves²⁷ faz uma leitura, dentro da linguagem simbólica e metafórica dos mitos gregos, sobre as cinco idades do homem também tratada como “fases” ou “raças” (na antiguidade) que demonstram uma transição cultural do matriarcado para o patriarcado, valorizando a segunda. Segundo Graves houve duas fases matriarcais: a Idade do Ouro e a Idade da Prata (cujas divindades adoradas eram a “deusa-abelha” e a “a deusa-Lua”, em referência metafórica aos povos que viviam de frutos e recursos selvagens como o mel e ao período da descoberta da agricultura, cujo culto era vinculado aos ciclos lunares, respectivamente). Após essas duas fases, se institui o patriarcado na Idade do Bronze através da invasão e da imposição dos povos helênicos naquele território pelas armas, pois eram pastores e guerreiros. A atividade pastoril já remete à concepção patriarcal de propriedade. A quarta raça é descrita como o auge do patriarcado, período da Era Micênica da Guerra de Tróia, tempo de heróis; e a quinta raça, chamada de ferro, que seriam degenerados, libidinosos e desonrosos com seus pais e, portanto, teriam destruído a civilização micênica (por tratar de tais características dentro de uma linguagem racial e moralista, interpreta-se que a ruína desses povos tem relação com a liberdade sexual e a “mistura de sangue”).

O psicólogo argentino, Aníbal Ponce, em sua obra “Educação e luta de classes” apresenta uma análise de como se deu as mudanças no modelo educacional nas sociedades adaptando-se aos regimes econômicos e estruturas de classes em cada período. Em especial, nas mudanças pela transição das culturas matriarcais para as patriarcais, o autor identifica várias características essenciais ao modelo patriarcal como o surgimento da propriedade, a importância do sangue pela transmissão hereditária de posses e cargos, a estrutura hierárquica

²⁷ Os mitos gregos, Volume I. Capítulo 5. Páginas 56 e 57.

social e a consequente diminuição de importância das funções domésticas como o cuidado e a educação das crianças.

... a propriedade privada começou a substituir a coletiva: as terras foram repartidas entre os “organizadores”, e tiveram lugar grandes transformações. Para assegurar a perpetuidade da riqueza privada através das gerações e o benefício exclusivo dos seus próprios filhos – e não dos filhos dos outros, como ocorreria se o matriarcado tivesse subsistido -, a filiação paterna substituiu a materna, e uma nova forma de família, monógama agora, apareceu. Com ela, a mulher foi relegada a um segundo plano, passando a ocupar-se tão-somente com funções domésticas, que deixaram de ser sociais. (PONCE, 2001: 30-31)

A partir dessa leitura da transição entre o matriarcado e o patriarcado entende-se porque é tão relevante para o mito fundacional nazifascista a defesa de atributos como raça e hierarquia, pois são características próprias do modelo patriarcal, tal como a redução da mulher ao papel de mãe e dona de casa, ou seja, limitada ao ambiente privado e doméstico sob domínio do poder econômico do homem. Nota-se também, a partir da pesquisa de Ponce a relação simbólica misógina do fascismo em sua linguagem anticomunista, pela relação da estrutura econômica comunal com o modelo patriarcal. É também pela necessidade de construir (ou preservar) uma sociedade hierarquizada, nos moldes da família autoritária, que a doutrina fascista (e, neste paralelo, também o pensamento bolsonarista) se opõe severamente às instituições democráticas. Principalmente em suas atribuições de defesa das minorias e da pluralidade de pensamento. Hitler, tal como Bolsonaro, desmereceu e atacou em seus discursos a democracia como um modelo “efeminado”. Ambos só respeitam a democracia enquanto regime de imposição de uma massa majoritária sobre as demais. Só há “respeito” à democracia sob este aspecto, que por si só não define o regime democrático, mas o reduz à tirania da maioria.

Fica, portanto, mais compreensível porque o fascismo floresce como um movimento apolítico. Porque é uma corrente que nega a política como manifestação da diversidade da polis, como espaço de negociação diante das diferenças culturais que possam surgir. Negociar e articular interesses diversos é um tipo grave de corrupção moral. O *fasces* precisa ser um monolito impositivo que pretende eliminar a pluralidade e, assim, tratar tudo o que é diferente como moralmente execrável e todos os grupos de pensamento diferente como inimigos a serem

“fuzilados”²⁸. Por isso também converge tanto com o monoteísmo e se traduz numa estrutura de caráter rígida e incapaz de aceitar a pluralidade de pensamentos e concepções de vida.

Dentro da estrutura simbólica da família autoritária e da correspondência com o Estado fascista, o pai é o Führer e a mãe é a nação a ser defendida das ameaças. Ou seja, até na construção do paralelo a mulher é tratada por algo inanimado e sem vontade própria a ser conquistada e defendida. A misoginia tanto do nazismo como do pensamento bolsonarista se dá no âmbito da desvalorização da mulher como indivíduo completamente independente livre em sua expressão de desejos e de anseios; no sentido de desprestígio dos atributos relacionados ao feminino como as emoções, a fragilidade, a reflexão ou mesmo a misericórdia; e também na construção de uma linguagem simbólica, como no exemplo da nação-mãe, propriedade por direito, completamente despersonificada e sem nenhuma capacidade de autodeterminação.

O slogan integralista ressuscitado por Bolsonaro “Deus, pátria e família” é um excelente objeto de análise para se esclarecer a linguagem simbólica do fascismo à brasileira. A começar pela evocação de “Deus”. Este do lema integralista é a divindade cristã, masculina, defensora daqueles “escolhidos” que carregam sua fé e seu ícone da cruz por onde andam; no caso brasileiro, representa o Cristo dos colonizadores que invadiram as terras ameríndias a mando da coroa portuguesa por séculos numa ação exploratória, catequisando indígenas na luta para condenar suas práticas e tradições locais para substituí-las pela crença dos imperialistas europeus. A “pátria” é exatamente essa constituída por abusos, escravidão e usurpação de terras, recursos naturais e minerais que foram escoados através da metrópole portuguesa para toda Europa. Uma pátria sob a liderança de homens, que silenciou e silencia as mulheres que queiram fugir à estereotipia da submissão doméstica, e, portanto, são tratadas como prostitutas quando tomam responsabilidade sobre sua própria sexualidade e pela forma de exhibir seus corpos em nosso clima tropical. Para finalizar, a “família”, bastante similar àquela autoritária referida por Reich em sua análise, é a célula propulsora e mantenedora de abusos, de violências simbólicas e reais e, basilarmente, de toda a estrutura misógina, racista e imperialista que molda a história do Brasil. O integralismo, e agora o bolsonarismo, são releituras do nazifascismo dentro da complexidade cultural brasileira. Não é apenas coincidência esses lemas semelhantes ou copiados: “Brasil acima de tudo e Deus acima de todos” e “Deus, pátria e família”. Essas repetições tem a intenção de conquistar identificação nas estruturas de caráter autoritário e

²⁸ Neste ponto é necessário lembrar o discurso de Bolsonaro em campanha presidencial em 2018 no Estado do Acre: “Vamos fuzilar a petralhada aqui do Acre”. O acontecido pode ser conferido no link da matéria jornalística: <https://exame.com/brasil/vamos-fuzilar-a-petralhada-diz-bolsonaro-em-campanha-no-acre/>

fascistóides de parcela da população que anseia por tais palavras de ordem. Lemas simplórios que venham lembrar este extrato popular que percebe a perda de privilégios quando o Estado começa a propor reparações para as imensas desigualdades sociais e culturais no país. Palavras que ascendem o fogo do ódio desses indivíduos diante da frustração, por exemplo, pela criminalização de abusos tão naturalizados por anos a fio como a criminalização do racismo, ou a lei Maria da Penha.

O grande risco que a sociedade contemporânea enfrenta é a ascensão desses discursos autoritários, violentos e emotivos que cativam e mobilizam as massas populares. Os fenômenos de massas na política se fundamentam exatamente na construção psicológica dos indivíduos, que em primeira instância se dá no núcleo familiar. E por isso tais discursos estão sempre revestidos pela aura sagrada da defesa da “família”. Quando se analisa os discursos por completo, verifica-se que não se trata da promoção do ambiente familiar digno, responsável, amoroso e saudável, mas sim o que se prega é a defesa da manutenção de um modelo familiar bastante específico e altamente maléfico para a formação do caráter psicológico. A intenção é de se impossibilitar as pessoas de encarar a vida com base na responsabilidade de seus próprios atos e torná-las dependentes de argumentações místicas e, por isso, mais manipuláveis pelas lideranças políticas. A “defesa da família tradicional cristã”, ou mais claramente a “família patriarcal autoritária” é um método que está a serviço apenas da perpetuação de uma sociedade violenta e excludente. Essa proposição discursiva tem a finalidade de manter absolutamente as estruturas de desigualdades sociais e tem o objetivo de impedir quaisquer movimentos de libertação dos indivíduos, pois esses indivíduos criados no modelo familiar autoritário são incapazes de conceber a liberdade. A grande arma do fascismo é a descrença na capacidade da humanidade em refletir e tentar melhorar, e é esse padrão familiar castrador que impede a possibilidade individual de questionamento.

Conclusão

A partir das pesquisas podemos depreender que Bolsonaro e Hitler, embora possuam características próprias e algumas distinções no discurso e na prática política, se fundamentam fortemente nos mesmos apelos emocionais e de identificação narcisista, quais sejam: a promoção reacionária da misoginia como determinação dos papéis e dos estereótipos aceitos e encorajados para as mulheres na sociedade; a exploração da homofobia e da ansiedade sexual da população, possibilitada pela castração sexual simbólica; e a defesa da família tradicional patriarcal, austera, violenta e autoritária que constitui base da psicologia de massas do fascismo. É, portanto, desta forma que se dá a construção do caráter fascista tanto no bolsonarismo quanto no nazismo. A partir da manutenção dessa estrutura familiar, os indivíduos se tornam incapazes de lidar com a liberdade e com as responsabilidades sobre suas vidas; mistificadores e irracionais em suas justificações; e inclinados a projetar suas frustrações e irascibilidade em outros grupos, ou seja, necessitados de encontrar a resposta para seus problemas na eliminação de outros grupos considerados inimigos.

Assim, a título de conclusão a pesquisa apontou três convergências importantes nos discursos nazista e bolsonarista: a segregação de gênero e sexualidade a partir da construção de estereótipos, da desvalorização e de desrespeito ao feminino; os discursos autoritários e violentos sob a bandeira da “defesa da família”; e a construção do mito fundacional da nação, o simbolismo da maternidade e a relação com a perpetuação através do modelo familiar autoritário.

Primeiro, que ambos os discursos tratam como definitivos os moldes sociais de atribuições de comportamentos para homens e mulheres, reproduzidos na forma de estereotipia. O que pode ser identificado na grande aversão ao feminismo e às conquistas igualitárias das mulheres e da comunidade LGBTQIA+. Também há por parte de Hitler e de Bolsonaro um desprezo pelo feminino tanto implícitos, ou simbólicos quanto de formas mais explícitas e diretas. É por isso que dentro da linguagem fascista dos dois líderes há uma valorização da masculinidade “viril”, impositiva e violenta; ao passo que há uma degradação de qualidades consideradas femininas como a emotividade, a clemência e a sexualidade. O que se quer com isso é legitimar a lei do mais forte.

A segunda convergência se expressa exatamente sob a forma de exaltação da violência como método político e do autoritarismo. Sendo importante ressaltar que a violência no

pensamento fascista é um meio e um fim. Ela é utilizada como mecanismo de preservação do domínio masculino sobre a esposa e sobre os seus filhos, assim como é transferida ao regime do Estado autoritário na defesa contra os “inimigos da nação”. A bandeira da família não aparece sem razão nestas argumentações. A violência, como método de expressão, é uma extensão do pensamento autoritário que se dá no âmago das famílias no sistema patriarcal. Desta maneira se constitui a maior fonte de poder do fascismo como ameaça para as democracias: a identificação entre o povo e as lideranças autoritárias. Ou seja, a defesa da família não é algo vazio de materialidade ou somente calcado em concepções morais subjetivas, tampouco é a expressão da boa vontade quanto a observância de lares saudáveis e benéficos para os indivíduos. A família defendida pelo nazismo é autoritária, bem definida quanto as funções e a hierarquia de seus integrantes, tal como é a “família tradicional”, como ideal, defendida pelo bolsonarismo e serve ao propósito de perdurar um ideário político.

Por fim, essas duas formas de discursos fascistas convergem também na necessidade da construção de um passado mítico e da idealização da maternidade sob os moldes da família patriarcal. Estes recursos, tão intrinsecamente interligados à misoginia, cujos maiores interesses são, por um lado, a demonização e o rebaixamento de tudo aquilo que simbolicamente represente o matriarcado; por outro, a sacralização e a exaltação de tudo o que se refira ao regime patriarcal, porque os discursos nazista e bolsonarista admitem nestas construções ideológicas e, especialmente, na instituição da família autoritária, os fundamentos para a perpetuação autorregulatória da sociedade patriarcal e dos privilégios masculinos.

Bibliografia

ADORNO, Theodor W. *Estudos sobre a personalidade autoritária*. São Paulo. Editora Unesp, 2019.

ALMEIDA, Rodrigo de. *À sombra do Poder – Bastidores da crise que derrubou Dilma Rousseff*. São Paulo. Editora Leya, 2016.

FREUD, Sigmund. *Psicologia das massas e análise do Eu e outros textos [1920-1923]*. Edição 10ª. São Paulo. Editora Companhia das Letras, 2011.

GHIRALDELLI, Paulo. *A Filosofia explica Bolsonaro*. São Paulo. Editora Leya, 2019.

GRAVES, Robert. *Os mitos gregos, volume 1*. 2ª Edição. Editora Nova Fronteira Participações S.A., 2018.

HITLER, Adolf. *Minha Luta – Mein Kampf*, 1925.

LANGER, Walter C. *A mente de Adolf Hitler – O relatório secreto que investigou a psique do líder da Alemanha nazista*. São Paulo. Editora Leya, 2019.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor Ltda., 2018.

LOWER, Wendy. *As mulheres do nazismo*. Rio de Janeiro. Editora Rocco Ltda., 2014.

NICOLAU, Jairo. *O Brasil dobrou à direita – Uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018*. Rio de Janeiro. Editora Zahar, 2020.

NOBRE, Marcos. *Ponto-final – A guerra de Bolsonaro contra a democracia*. São Paulo. Todavia, 2020.

PONCE, Aníbal. *Educação e luta de classes*. 18ª ed. São Paulo. Editora Cortez, 2001.

REICH, Wilhelm. *Psicologia das massas do fascismo*. 3ª ed. São Paulo. Livraria Fontes Editora Ltda., 2015.

SAINT-CLAIR, Clóvis. *Bolsonaro – O homem que peitou o exército e desafia a democracia*. Rio de Janeiro. Editora Máquina de Livros Ltda., 2018.

STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo: A política do ‘nós’ contra ‘eles’*. 6ª ed. Porto Alegre. L&PM Editores, 2020.

Dep. Jair Bolsonaro (PP-RJ) foi contra aprovação da PEC das Domésticas. TV Câmara, Brasília, 16, abril de 2013. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/tv/401065-dep-jair-bolsonaro-pp-rj-foi-contr-a-provacao-da-pec-das-domesticas/>

Azul e rosa: declaração da ministra Damares gera polêmica e crítica nas redes sociais. Globo News, Brasília, 03 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml>

Bolsonaro: próximo passo será legalização da pedofilia. G1, Brasília, 07 de maio de 2011. Disponível em: <https://g1.globo.com/brasil/noticia/2011/05/bolsonaro-proximo-passo-sera-legalizacao-da-pedofilia.html>